



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Rio de Janeiro, 31/03/2010

Lista de abreviações e siglas

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
Quadro 02 - Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade	14
Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	15
Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679	15
Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720	17
Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726	18
Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572	21
Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	22
Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 10JJ	23
Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 1K69	23
Quadro 11 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	24
Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 8375	25
Quadro 13 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	26
Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 2000	26
Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 2003	28
Quadro 16 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	30
Quadro 17 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
Quadro 18 - Evolução de Gastos Gerais.....	33
Quadro 19 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	34
Quadro 20 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	35
Quadro 21 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade	37
Quadro 22 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	46
Quadro 23 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	46
Quadro 24 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	51
Quadro 25 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....	57
Quadro 26 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	60
Quadro 27 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos	62

Sumário

Introdução.....	7
1 – INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	9
2 – OBJETIVOS E METAS.....	11
2.1 – Responsabilidades Institucionais.....	11
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	12
2.2 – Estratégia de Atuação.....	13
2.3 - Gestão orçamentária e financeira	14
2.3.1 – Programas/Ações	14
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	15
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos.....	15
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	17
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	18
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	21
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	22
2.3.1.2.2 – Ação 10JJ - Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.....	23
2.3.1.2.3 – Ação 1K69 - Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.....	23
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	24
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	25
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	26
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade	26
2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática.....	28
2.4 – Desempenho Operacional.....	30
2.4.1 – Evolução das despesas	30
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	30
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	34

2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	35
2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	37
2.4.2 – Indicadores de desempenho	37
2.4.3 – Análise do desempenho	45
3 - Recursos Humanos.....	46
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	50
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009.....	51
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	52
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	53
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	54
9 – Renúncia Tributária	55
10 – Operações de Fundo	56
11 – Determinações dos Órgãos de Controle	57
11.1 – Recomendações da CGU	57
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	60
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009	61
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios	62
14 – Declaração do Contador	63
15 – Outras Considerações	64
16 – Anexo I-Plano de Metas.....	66
17 – Anexo II-Quadro 21- Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.....	88
18 – Anexo III-Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos.....	90

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja, informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro está estruturada em dezoito (18) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por sete (07) Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas, assim localizadas: Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão, Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu e Volta Redonda, além da Delegacia de Polícia Marítima –DEPOM, subordinada à Delegacia Regional Executiva.

Compõe a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), Corregedoria Regional de Polícia Federal, além de sete (7) Setores (Setor de Planejamento Operacional, Setor de Comunicação Social, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

Cabe ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro é composto por 92 (noventa e dois) municípios, com uma área territorial de 43.696,054 km² (quarenta e três mil, seiscentos e noventa e seis quilômetros quadrados), possui uma população de 16.000.000 (dezesesseis milhões) de habitantes ocupando o lugar de segunda maior economia do Brasil. Para isso conta com um parque industrial e principalmente a indústria do turismo, uma vez que a capital do Estado é reconhecida internacionalmente como “a cidade maravilhosa”. Com uma economia diversificada o parque industrial é composto por segmentos da metalurgia, siderurgia, gás-química, petroquímica, naval, automobilística, audiovisual, cimenteira, alimentícia, mecânica, extração de petróleo entre outros, representando uma participação no PIB nacional de 12,6%.

Desta forma, a Superintendência Regional no Rio de Janeiro terminou concentrando seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos do Departamento de Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, a Superintendência Regional no Rio de Janeiro, juntamente com suas Delegacias Descentralizadas, realizou 19 (dezenove) operações, resultando no cumprimento de mais de 1.000 (um mil) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva), sendo realizadas ainda mais de 6.000 (seis mil) ordens de missão policial.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 8.025 (oito mil e vinte e cinco) Inquéritos Policiais, relatados 6.016 (seis mil e dezesseis), e ficaram em aberto (em andamento) 26.012 (vinte e seis mil, duzentos e doze) inquéritos.

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação da Superintendência Regional no Rio de Janeiro, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes, comércio ilegal e tráfico de armas, crimes cibernéticos e crimes financeiros.

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Rio de Janeiro			
Código SIORG: 1139	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200356
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(21)-2203-4417	(21)-2203-4414	(21)-2203-4410
Endereço eletrônico: gab.srrj@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Rodrigues Alves, 01 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20081-250			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Nome	Situação	Código SIORG	
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Rio de Janeiro			
Denominação abreviada: FUNAPOL – RJ			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200357
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(21)-2203-4417	(21)-2203-4414	(21)-2203-4410
Endereço eletrônico: gab.srrj@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Rodrigues Alves, 01 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20081-250			

Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada
Não se aplica
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>SR/DPF/RJ: Port. 527/64, BS. 245, de 24/12/64 - Criada como Delegacia Regional "A" no Rio de Janeiro. Dec. 70.665/72, DOU. 104/72 - Transformada em Superintendência Regional Port. 018, de 24/02/75, BS. 37, de 22/05/75 - Muda a denominação da Superintendência Regional da Guanabara para Superintendência Regional do Rio de Janeiro.</p> <p>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p>
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
.

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência do Rio de Janeiro exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição. Os elementos de conjuntura para a tomada de decisão englobaram a determinação da Direção Geral do DPF, com o apoio do Governo Federal, em combater a corrupção, o tráfico ilícito de entorpecentes e combate aos fatores que diminuem a arrecadação fiscal do País, dentre outros, além de aumentar a segurança da população. Para tanto, procurou-se estruturar a UJ de modo que os servidores tenham adequadas condições de infraestrutura para cumprir as funções constitucionais.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência do Rio de Janeiro priorizou a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. As operações de repressão a crimes de: contrabando, tráfico de entorpecentes e armas, contra o patrimônio público, crimes ambientais, tráfico de seres humanos, à pedofilia, poderão ser realizadas em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, deve ser dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - IBAMA, INSS, DNPM, COAF, ANATEL e MINISTÉRIO DO TRABALHO, dentre outros.

2.1.3- Metas

Constam do **Anexo I** as metas propostas e resultados pelos chefes de delegacias e setores para o exercício de 2009.

2.2 – Estratégia de Atuação

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, as quais gerenciam seis (06) Unidades Gestoras, e são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, as quais aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento do DPF no exercício de 2008.

O planejamento e a execução das operações foram desenvolvidos no âmbito da Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro do Departamento da Polícia Federal (DPF), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 11.658 de 07/04/2008*) onde a Polícia Federal esta inserida no **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nominado “**Brasil sem violência**”, **uma das metas** do plano de governo, tendo como pontos de atuação para a polícia federal os seguintes:

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional;
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade;
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais do Fundo Nacional de Segurança Pública, complementar na sustentação financeira das políticas estaduais e locais de segurança;
- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;
- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis;
- Desenvolver Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais;
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200356
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200357

2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional no Rio de Janeiro, também, executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, como a Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, obra com execução durante todo o exercício de 2009 e com previsão de conclusão para o final de 2010.

Ainda na ação referente à construção de Unidades do DPF, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro concluiu o procedimento licitatório para contratação de empresa especializada no desenvolvimento do projeto executivo do Anexo da SR/DPF/RJ, com previsão de entrega em abril de 2010.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento, na qual podemos destacar a entrega de 2009 (duas mil e nove) armas pela população, com um montante indenizado de R\$ 236.108,00 (duzentos e trinta e seis mil cento e oito reais).

Recursos foram destinados às ações de combate às fraudes de natureza previdenciária do programa de Gestão da Política de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, provenientes de convênio realizado pela Direção Geral do DPF.

Consoante a IN 12-DG/DPF, 06 de junho de 2005, que define as atribuições das Forças-Tarefas Previdenciárias, em seu artigo 2º, cabe às FTPrev: *combater grupos, quadrilhas e organizações criminosas que atuem em detrimento da Previdência Social, com a conseqüente instauração de procedimentos policiais cabíveis ao fato delituoso.*

Para alcançar sua finalidade, a Força-Tarefa Previdenciária busca coordenar uma atuação conjunta entre os órgãos do DPF, MPF e MPS proporcionando análises de informações, realização de pesquisas e diligências de inteligência, com o fim de atuar com eficiência técnica na prevenção e repressão a crimes previdenciários.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico	
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça	
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa	Departamento de Polícia Federal	
Indicador(es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal	
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade	
Código	Tipo¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200047
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

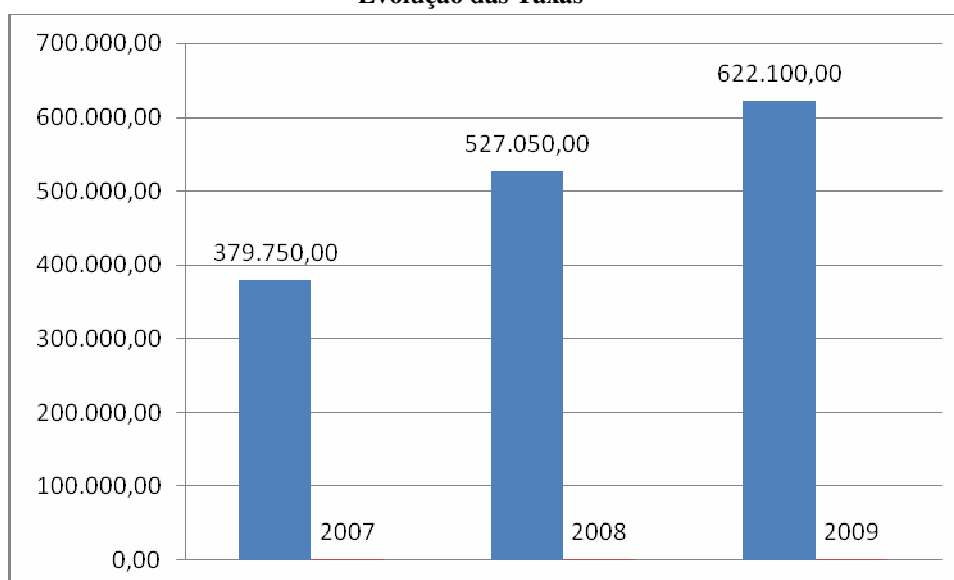
Projeto/Atividade - FUNAPOL		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Desp. Executada por Insc. Em RP Não Proc
2679	FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E COMERCIO DE PRECURSORES QUIMICOS	233.082,85	204.951,52	204.951,52	28.131,33

Considerações

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES

Exercício	Taxas R\$	Multas R\$	Empresas Cadastradas	Licenças Emitidas	Licenças Renovadas	Fiscalizações Efetuadas
2007	379.750,00	2.200,00	290	248	500	76
2008	527.050,00	20.916,00	160	548	505	17
2009	622.100,00	36.528,00	194	758	586	13

Evolução das Taxas



Segundo informações do chefe da DRE/DRCOR/SR/DPF/RJ, há na circunscrição desta SR/DPF/RJ, aproximadamente, 2.800 (duas mil e oitocentas) pessoas físicas e jurídicas cadastradas, onde, para o desenvolvimento das ações correlatas a fiscalização e controle de produtos químicos o efetivo ideal é de 06 (seis) APF's, sendo 03 (três) como membros permanentes da comissão e 03 (três)

como suplentes, conforme previsto na legislação pertinente, assim como 01 (AADM), sendo que o efetivo atual de 03 (três) APF's.

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200357
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade - FUNAPOL		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2720	ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA	140.539,21	99.109,30	99.109,30	41.429,91

Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

As atividades que empreendem ações de caráter sigiloso são aquelas voltadas ao combate ao tráfico de entorpecentes e inteligência, cabendo destacar os quantitativos das apreensões de entorpecentes no exercício de 2009, como cocaína, maconha, haxixe, LSD, ecstasy e lança perfume, sendo que houve um aumento expressivo na apreensão de maconha de 390.753,59 gramas em 2008 para 2.532.415,50 gramas em 2009 e ponto de LSD de 17.750 para 35.316

No tocante ao Serviço de Inteligência Policial, no exercício de 2009 foram apreendidas 03 armas na operação ARES II, uma de calibre restrito e várias munições, instaurados 13 inquéritos, relatados 06 (seis) inquéritos, sendo realizadas ainda 08 prisões.

Cabe destacar que o Setor de Inteligência Policial – SIP - não é e nem funciona como uma delegacia, e, como tal, não dispõe de cartório, livro tombo e inquéritos como regra. Os poucos inquéritos que tramitam neste setor utilizam o número tombo de outras delegacias, e, são para ele remetidos por alguma razão especial que contra-indique a sua permanência na delegacia originária, tipo envolvimento de servidores locais

Verificou-se, após a CPI dos grampos, que os juízes estão mais reticentes em conceder quebras e prisões. Em alguns casos a resposta vem de forma lenta demais, quebrando o princípio da oportunidade e causando prejuízos às investigações em andamento.

Soma-se a isso as falhas oriundas do sistema guardião e do CINTEPOL, cujo deslinde para a substituição do primeiro aguarda decisão que foge as atribuições da chefia desta Unidade.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	2003547
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Projeto/Atividade - FUNAPOL		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS,SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO	3.556.355,47	3.535.024,30	3.531.014,00	21.331,17

Nesta ação é destinada e empregada boa parte dos recursos da área finalística da SR/DPF/RJ, sendo liquidado e pago dentro do próprio exercício mais de 99% do total empenhado.

As atividades do SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO (setor que melhor reflete a produção do trabalhos desenvolvidos pelas delegacias, uma vez que a este setor são destinados os produtos oriundos de apreensões em operações e missões realizadas no âmbito da SR/DPF/RJ e suas descentralizadas) no ano de 2009 registraram resultados significativos quando comparados com aqueles obtidos em 2008, mensurados por números e participações relevantes. Todavia há de se observar que o desempenho ressentiu-se em função das obras de reformas e construção dos laboratórios e do próprio SETEC, bem como não tivemos alterações no efetivo.

EVENTOS	2008	2009	DIFERENÇAS	VARIAÇÕES
PRODUÇÃO DE LAUDO	2.275	2.604	+329	15%
INFORMAÇÕES	360	374	+14	4%
OCORRÊNCIAS ATENDIDAS	275	326	+51	18%
MISSÕES	178	328	+150	84%

Além das variações positivas demonstradas no quadro acima, destacamos também a redução do número de pendências no SISCRIM, que passou de 552 em 2008 para 406 em 2009. Há de se considerar como atividades de destaque no ano de 2009 as participações dos PCFs e PPFs nos trabalhos de apoio ao reconhecimento das vítimas do acidente aéreo do vôo 447 da Air France, através de familiares e outros que se encontravam no Rio de Janeiro.

Outras atividades também podem ser consideradas relevantes, como aquelas de varreduras na presença do Exmº Sr. Presidente da República em nosso estado, que foram muitas.

As atividades desempenhadas no Núcleo de Identificação, que também compõe a estrutura do SETEC e atende a todas as Delegacias e setores da Superintendência do Rio de Janeiro oferecendo serviços de Identificação Criminal, Representação Facial Humana-Retrato Falado, emissão de carteiras funcionais, Perícias Papiloscópicas diversas (local, material, veicular e documentais), inclusão de dados no Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC) e no Sistema Automatizado de Impressões Digitais (AFIS/DPF), também nos traz a dimensão da atuação da SR/DPF/RJ,

PRODUÇÃO	2008	2009	Variação
Consulta Total ao SINIC	92920	109823	18,19
Consulta ao SINIC FAC	5349	5636	5,37
Cumprimento OM outras	26	22	-15,38

Cumprimento OM Papiloscopia	56	90	60,71
Emissão de FAC	2092	2048	-2,10
Emissão Nada Consta	3257	3221	-1,11
Identificação Criminal	131	237	80,92
Identif. Func./Porte de Arma/Outros.	91	76	-16,48
Identificação de Estrangeiros	11375	13929	22,45
Inclusão BDI	652	819	25,61
Inclusão BDJ	938	1629	73,67
Inclusão BI / PIC	1656	2549	53,93
Consulta/Inclusão AFIS	520	502	-3,46
Representação Facial Humana	17	8	-52,94
Informações Técnicas	55	59	7,27
Laudos Papiloscópicos Documentos	9	10	11,11

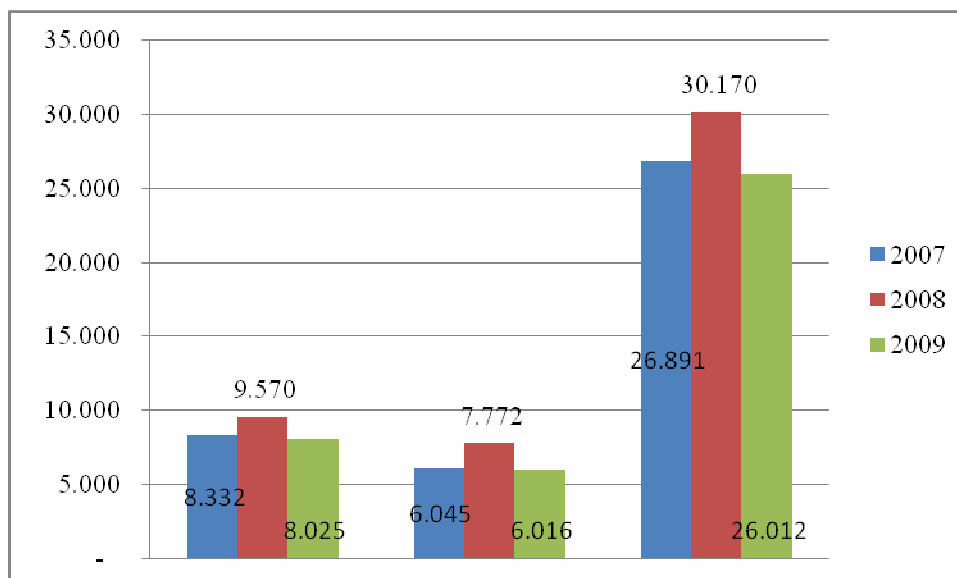
A partir de março de 2009, por força da Portaria nº 078/2009-SR/DPF/RJ, de 11/02/2009, a fiscalização de migração de passageiros e tripulantes, quando da realização da visita oficial a bordo de embarcações de transporte marítimo internacional, bem como o controle interno em relação ao cumprimento do Estatuto do Estrangeiro, nos navios fretados ou não que estejam operando em cabotagem, apoio marítimo ou apoio portuário, passou a ser de responsabilidade das DEPOMs no âmbito da SR/DPF/RJ, assim como os policiais em serviço nos NFTIs dos Portos do Rio e de Itaguaí foram transferidos para a lotação das respectivas DEPOMs.

Desde então, a atividade de polícia de imigração foi incrementada, resultando em considerável aumento na aplicação e recolhimento de multas, fiscalização a navios; e valores arrecadados, conforme quadro abaixo.

ANO	MULTAS APLICADAS	MULTAS RECOLHIDAS	NAVIOS FISCALIZADOS	VALORES ARRECADADOS
2008	256	411.469,18	2357	1.333.694,24
2009	518	674.557,65	2783	1.523.180,73

A quantidade de IPL's relatados em 2009 diminuiu em 22%, passando de 7.772 no exercício anterior para 6.016 no exercício analisado, fato que pode ter ocorrido em razão das constantes mudanças físicas que se fizeram necessárias em razão das obras de reforma pelas quais está passando a unidade, o que influenciou diretamente na rotina das delegacias. No entanto espera-se que com as melhorias que serão proporcionadas pelas obras em comento haja significativo crescimento no desempenho dos servidores em geral, justificando assim o investimento.

Evolução estatística dos inquéritos nos exercícios 2007/2008/2009			
Exercício	Instaurados	Relatados	Em andamento
2007	8.332	6.045	26.891
2008	9.570	7.772	30.170
2009	8.025	6.016	26.012



2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200357
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Projeto/Atividade - FUNAPOL	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	2.200,00	2.200,00	2.200,00	

No exercício de 2009 os servidores da SR/DPF/RJ participaram de diversas ações de capacitação, ademais o treinamento que ocorre no DPF na sua maioria é realizado na Academia Nacional de Polícia-ANP, havendo a participação dos policiais em diversos cursos, dentre os quais merecem destaques os treinamentos ofertados aos servidores da Delegacia Especial de Polícia Marítima, a saber: todo efetivo da DEPOM participou de curso oferecido pelo CIAPOM/ANP de Técnicas Operacionais Marítimas; Instrutor de Operações Fluviais em Lanchas Patrulheiras; Curso de Auditoria em Instalação Portuária, oferecido pela CONPORTOS/SENASP em Brasília/DF, seminário de uma semana da Guarda Costeira dos EUA, realizado no CBMERJ, de Centro de Operações de Emergência; Operador de TASER M26 e TASER X26; Curso de Rastreamento Marítimo da Serious Organised Crime Agency – SOCA; Curso de Mergulhador Policial oferecido pelo CIAPOM/ANP, com ênfase na produção de provas através de filmagens subaquáticas e recuperação de objetos.

Consta apenas a execução de R\$ 2.200,00 pela SR/DPF/RJ em razão da realização orçamentária ser processada, diretamente, pelos órgãos centrais do DPF por ocasião dos treinamentos, cursos e seminários.

Cabe mencionar ainda que a lentidão no procedimento de autorização para participação nas ações de capacitação proposta pela unidade e a conseqüente demora na liberação dos recursos necessários para confirmação de matrículas, impede uma maior participação nos eventos em comento pelos servidores da SR/DPF/RJ, uma vez que, quando ocorre a liberação dos citados recursos o prazo para confirmação já se encontra expirado.

2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 8 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Angelo Fernandes Gioia
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo ²	Descrição da Ação
10JJ	P	Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro
1K69	A	Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro

Fonte: SIGPLAN

No programa de Modernização da Polícia Federal, consta para a Superintendência Regional no Rio de Janeiro a Ação 10JJ, Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, e a Ação 1K69, Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.2.2 – Ação 10JJ - Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro

Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 10JJ

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições.
Descrição	Construção de anexo com área em torno de 21.000 m2, dotada de recursos compatíveis com as suas necessidades, tais como, ambiente para custódia, heliponto, sistemas de controle de acesso, circuito fechado de TV, automação predial, entre outros.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200357
Produto (unidade de medida)	Anexo construído (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Para esta ação não houve execução orçamentária no exercício de 2009 em razão da não realização de licitação para construção do anexo da SR/DPF/RJ, considerando que os projetos executivos ainda se encontram em fase de desenvolvimento com previsão de finalização em abril de 2010.

2.3.1.2.3 – Ação 1K69 - Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro

Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 1K69

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições, bem como implantar o CICOR/RJ.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização no Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Implantação de centro de inteligência contra o crime organizado, dotado de toda a infra-estrutura tecnológica para tal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200357
Produto (unidade de medida)	Sede modernizada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade - FUNAPOL		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
1K69	REFORMA E MODERNIZACAO DO EDIFICIO-SEDE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO	5.000.000,00	1.017.741,59	1.017.741,59	3.982.258,41

Considerações

Periodicamente são efetuadas as medições para liquidação parcial de acordo com o cronograma de execução pelos fiscais, além do acompanhamento diário da equipe de apoio integrada por servidores que compõem o Grupo Técnico em Edificações – GTED – da SR/DPF/RJ.

No relatório de atividades apresentado pelo GTED foram destacadas as seguintes realizações:

“De um modo geral as obras encontram-se de acordo com os seus respectivos cronogramas e as atividades de Manutenção Predial estão atendendo as solicitações dentro dos prazos previstos.”

Status da Obras:

- a. Obras concluídas no CICOR;
- b. Foram entregues 5 elevadores dos 7 que estão sendo modernizados;
- c. Projeto executivo do prédio anexo – já foram concluídas 50% das tarefas;
- d. Reformas:
 - i. Deleprev – concluída
 - ii. Secrim – 2/3 concluídos
 - iii. Fazendária – 50% concluídos
 - iv. Delefin, DRCOR, NID e SRH – início das demolições.
- e. Demolições dos blocos centrais concluídas;
- f. Reforma da fachada – 50% concluída;
- g. Grupo-gerador – testado e em pleno funcionamento.

Além destas obras/projetos é importante dizer que foram doados vários terrenos ao DPF no estado do Rio de Janeiro onde futuramente serão realizadas as obras das Delegacias Descentralizadas, nas seguintes localidades:

- Macaé – terreno em nome do DPF;
- Volta Redonda – imóvel em fase de homologação pela SPU;
- Angra dos Reis – imóvel em fase de homologação pela Cia Docas ;
- Marina da Gloria – projeto encontra-se na Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro;
- Petrópolis – em fase de criação da delegacia e aquisição do imóvel;
- Reforma Prédio Anexo de Niterói – projeto básico em conclusão;
- Canil da Ilha do governador – projeto em aprovação.

Os recursos liberados para obras de reforma geral da Superintendência foram destinados para reforçar os empenhos contratados no exercício em 2008 cumprindo o planejamento estabelecido pelo núcleo de engenharia desta unidade de acordo com o cronograma físico-financeiro das obras em comento. Justifica-se desta forma que grande parte dos serviços realizados durante o exercício de 2009 foram feitos com os recursos oriundo do exercício de 2008, ficando registrado em restos a pagar não processados as parcelas do cronograma para serem liquidados no exercício de 2010.

2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro11 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança

	Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Angelo Fernandes Gioia
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200356
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

	Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8375	CAMPANHA DO DESARMAMENTO	236.108,00	185.978,64	174.078,64	50.129,36

Considerações

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado do Rio de Janeiro a Polícia Federal pagou diversas indenizações, sendo arredadas 2009 (duas mil e nove) armas de fogo.

Através da Campanha de Regularização foram emitidos mais de 20.000 (vinte mil) Certificados de Registros de Arma de Fogo – CRAF, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização destas campanhas.

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

Quadro 13 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Angelo Fernandes Gioia
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo³	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200356 & 200357
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade -		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2000	Administração da Unidade - TESOURO	21.932.551,71	20.595.564,83	20.467.755,20	1.336.986,88
2000	Administração da Unidade - FUNAPOL	159.670,10	146.847,44	146.847,44	12.822,66

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas da atividade-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Como forma de proporcionar maior transparência na aplicação dos recursos nesta ação a unidade tem priorizado as aquisições através do COMPRASNET, quer seja em procedimentos licitatórios, através de pregões, quer seja em aquisições por dispensa de licitação.

COTA CONCEDIDA PARA UNIDADE - 2008

Natureza da Despesa		COTA CONCEDIDA TESOURO	COTA CONCEDIDA FUNAPOL
339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	600.000,00	2.646.931,60
339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.094.392,15	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	433.276,78	
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00	

339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	4.579.187,75	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.455.952,89	
TOTAL		12.167.809,57	2.646.931,60

COTAS CONCEDIDAS PARA UNIDADE - 2009

UG	PI	ND		VALOR R\$
200356	702T-09	339014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL	500.000,00
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.400.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	500.000,00
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	600.000,00
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.085.000,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.000.000,00
		sub-total – Tesouro		
200357	363F-09	339014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Operacionais)	2.700.000,00
	351F-09	339014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Sigilosas)	60.000,00
	sub-total – Funapol			2.760.000,00
Total				17.845.000,00

2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200356
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

	Projeto/Atividade -	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2003	ACOES DE INFORMATICA	206.265,00	1.045,00	1.045,00	205.220,00

Considerações

A despesa ultrapassou o exercício, sendo inscrita em restos a parar, em razão da aquisição ter sido realizada em 2009 e os materiais serem entregues somente no exercício de 2010.

Ressalte-se que os investimentos na área de informática/tecnologia da informação sofreram contingenciamento pelo órgão central, que optou pela centralização das aquisições.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 16 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	1.367.284,16	*184.173,49	1.367.284,16	*184.173,49
Concorrência	9.297.340,02	*4.815.826,51	9.297.340,02	*4.815.826,51
Pregão	13.133.558,79	14.029.575,55	13.133.558,79	14.029.575,55
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	4.922.512,30	3.844.753,86	4.922.512,30	3.844.753,86
Inexigibilidade	1.237.779,42	966.827,91	1.237.779,42	966.827,91
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	241.852,58	294.189,60	241.852,58	294.189,60
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	3.921.192,47	4.172.402,91	3.697.259,60	4.152.219,67
Outros				

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

O constante contingenciamento de recursos, imposto pelo órgão central, vem obrigando esta unidade a realizar suas aquisições através da modalidade de dispensa de licitação por valor, de forma emergencial, para atender as principais demandas que ocorrem constantemente em suprimentos de informática (Cartuchos de Toner, reveladores de máquinas copiadoras, cabeamento, etc.) e materiais para emprego em manutenção predial. Visando evitar fracionamentos de despesa, tentou-se por diversas vezes realizar planejamento para essas aquisições, no entanto o universo do parque de informática é muito extenso, sendo que sua manutenção requer recursos por muitas vezes não destinados às cotas desta UJ.

*Obs. Valores previstos para complementação dos empenhos contratados no exercício de 2008 e Termos Aditivos dos referidos contratos.

2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 17 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	780.816,58	708.905,41	774.938,81	635.662,34	5.877,77	73.243,07	726.083,03	635.662,34
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	478.156,30	234.591,86	478.156,30	234.591,86	0,00	0,00	429.300,52	234.591,86
91 - SENTENCAS JUDICIAIS	278.938,21	457.850,31	273.060,44	384.607,24	5.877,77	73.243,07	273.060,44	384.607,24
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	23.722,07	16.463,24	23.722,07	16.463,24	0,00	0,00	23.722,07	16.463,24
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	24.415.521,78	24.929.394,08	22.416.654,50	23.836.458,40	1.998.867,28	1.092.935,75	22.299.382,61	23.692.950,47
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.921.192,47	4.172.402,91	3.697.259,60	4.152.219,67	223.932,87	20.183,24	3.671.618,34	4.148.846,35
30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.927.652,02	2.301.483,6	2.546.403,39	1.981.749,92	381.248,63	319.733,75	2.513.430,59	1.981.749,92
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	833.276,78	816.638,20	807.404,08	792.505,49	25.872,70	24.132,71	807.404,08	792.505,49
36 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS – P. F.	424.150,73	660.040,41	424.150,73	636.285,41	0,00	23.755,00	403.253,03	636.285,41
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	8.620.588,83	8.533.616,64	8.186.176,76	8.512.355,59	434.412,07	21.261,05	8.186.176,76	8.512.355,59
39 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS- P. J.	6.545.420,32	5.469.217,52	5.693.249,16	5.143.468,47	852.171,16	325.749,05	5.659.042,37	5.143.468,47
47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB.OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	454,13	20.206,36	454,13	20.206,36	0,00	0,00	454,13	20.206,36
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	60.454,54	1.055.976,53	53.326,14	863.195,74	7.128,40	192.780,79	53.326,14	735.362,13
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.082.331,96	1.899.811,91	1.008.230,51	1.734.471,75	74.101,45	165.340,16	1.004.677,17	1.722.170,75

Quadro 18 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	508.942,21	719.803,82	816.638,20
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	3.675.601,43	3.921.192,47	4.172.402,91
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	5.486.088,04	10.025.807,36	12.022.868,25
3.1 Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	1.589.886,66	1.773.551,80	1.798.893,94
3.3 Tecnologia da Informação	2.327.917,32	3.157.628,28	4.302.689,08
3.4 Outras Terceirizações	1.568.284,06	5.094.627,28	5.921.285,23
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL		147.640,77	14.252,92
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	123.279,05	138.149,53	294.189,60
TOTAIS	15.279.998,77	24.978.401,31	29.343.220,13

Considerações

Da análise da evolução dos gastos desta UJ (quadros 17 e 18) podemos observar que houve um acréscimo nos gastos com diárias, ocorrido em razão do reajuste imposto pelo Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009.

O acréscimo no valor dos gastos com serviços terceirizados ocorreram principalmente em função da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agente de proteção aeroportuária, obedecendo à política estratégica dos Ministérios da Justiça e da Defesa de fortalecimento do controle migratório, assim como da política de redução das filas nos aeroportos, melhorando a imagem do país no exterior, visando ainda, futuramente, a logística dos eventos esportivos que ocorrerão nesta cidade do Rio de Janeiro (Copa do Mundo e Olimpíadas).

Observamos ainda acréscimo no valor de pagamento de indenizações em razão dos pagamentos da campanha do desarmamento que, devido ao encerramento do prazo para legalização das armas de fogo, resultou numa procura em massa daqueles que não dispunham de documentação de suas respectivas armas para realizarem a entrega mediante o pagamento da indenização em comento.

2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 19 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	10.880.836,42	6.558.390,92	354.219,91	1.962.000,56	73.778,91	4.596.390,36	352.875,91	1.961.788,56
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	10.664.624,18	5.000.000,00	211.786,58	1.017.741,59	0,00	3.982.258,41	211.786,58	1.017.741,59
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	216.212,24	1.558.390,92	142.433,33	944.258,97	73.778,91	614.131,95	141.089,33	944.046,97
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
-	-	-	-	-	-	-	-	-

As despesas inscritas em restos a pagar não processados descritas no quadro acima ocorreram quase em sua totalidade em razão do cronograma físico financeiro estabelecido para as obras em reforma e recuperação das instalações do prédio da Superintendência Regional do DPF no Rio de Janeiro que estão em fase de execução no exercício de 2010.

2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 20 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		3.932.177,53	3.841.285,12	90.892,41	3.837.274,82	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	555
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Não existe no momento um parâmetro para aferição de tempo para conclusão de inquérito policial nesta unidade do DPF, visto que são muitos os fatores que impedem estabelecer com precisão o prazo exato para a conclusão do apuratório, em razão das diferentes formas de incidência penal em questão, no geral, os inquéritos policiais instaurados por esta unidade tendem a serem concluídos dentro do prazo estabelecido nos normativos assim como no PPA, no entanto no âmbito do Estado do Rio de Janeiro há uma grande incidência de crimes fazendários e previdenciários que extrapolam os prazos considerados como ideais pelas unidades centrais. Como exemplo podemos destacar a diferença entre o prazo de conclusão do inquérito que trata de crimes de evasão de divisas, tráfico de pessoas, crimes cibernéticos, para os prazos do crimes de radio pirata, flagrantes de entorpecente e cédula falsa, sendo que os primeiros podem demandar anos para suas conclusões, enquanto que os demais citados podem ser concluído em até 60 (sessenta) dias, de acordo com as informações colhidas entre os seus respectivos responsáveis.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	75
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Conforme se verifica, conseguiu-se atingir índices melhores que o exigido PPA, devido a melhoria nos procedimentos adotados na condução dos inquéritos em andamento, na melhor qualificação do pessoal e na utilização de técnicas mais adequadas para agilizar a conclusão dos inquéritos. Em 2009 foram instaurados 26.012 inquéritos e relatados 8.025, o que						

permitiu um índice maior que 70, que ainda não representa o objetivo desta unidade para redução do número de inquéritos acumulados, estabelecido no plano de metas, face as obras de reforma dos diversos setores/delegacias em andamento no exercício, que obrigavam os servidores a constantes deslocamentos que implicavam na paralisação de suas atividades.

Fonte: SIGPLAN, SISCART e SINPRO

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência..

Considerações

Como exposto nos quadros acima, as maiores dificuldades enfrentada para se aferir a produtividade dos setores cartorários desta unidade policial são as diferentes e mais variadas incidências criminais e seus prazos apuratórios, no entanto, o DPF neste estado não tem medido esforços para dar qualidade aos seus inquéritos policiais, buscando sempre a solidez das provas colhidas/produzidas para apresentar ao Ministério Público o máximo de subsídios para buscar junto ao Judiciário a responsabilização e, caso possível, a condenação penal dos malfeitores e algozes da sociedade, buscando ainda, em casos de danos ao erário e desvios de verbas públicas, o ressarcimento e a reparação desses danos.

2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 21 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	NA	NA			NA	20.742.412,27	NA
06	122	1353	1K69	P	3	% de Execução Física	**	**	**	118.702.419,29	10.066.875,17	26.050.104,22
06	125	0662	2679	A	3	NAs	NA			NA	204.951,52	NA
06	126	0750	2003	A	3	NA	NA			NA	1.045,00	NA
06	128	0662	4572	A	3	NA	NA			NA	2.200,00	NA
06	181	0662	2726	A	3	NA	NA			NA	3.535.024,30	NA
06	183	0662	2720	A	3	NA	NA			NA	99.109,30	NA
06	365	0750	2010	A	4	NA	NA			NA	1.268,25	NA
06	422	1453	8375	A	3	NA	NA			NA	185.978,64	NA
09	271	0087	8452	A	3	NA	NA			NA	10.328,09	NA
09	272	0089	0181	OP	3	NA	NA			NA	634.062,34	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

**** - Informações sobre a Meta Física constam no ANEXO II.**

Considerações

Todas as obras em andamento nesta SR/RJ correm dentro da normalidade, sem dificuldades de execução que não as previstas em projeto. Os acréscimos de quantitativos e prazos decorrem de ajustes necessários verificados ao longo das obras, ajustes estes inerentes à natureza dos serviços (obras de reforma). Os termos aditivos gerados por esses acréscimos foram submetidos à análise da AGU e assinados após parecer favorável do referido órgão.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

No que concerne à Delegacia de Imigração podemos destacar que com a implantação da nova sistemática para emissão do passaporte novo, diversos problemas verificados anteriormente, principalmente no prazo da entrega do documento - demorava em média 40 dias - foram sanados. As grandes filas nos locais de atendimento era outro transtorno para o usuário. Com o agendamento prévio por telefone, internet e pessoalmente, praticamente acabaram as longas filas para atendimento, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ÍNDICES	QUANTIDADE 2008
PASSAPORTE COMUM - ICAO	146.478
PASSAPORTE DE EMERGENCIA -NÃO ICAO	697
PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO – NÃO ICAO	109
LAISSEZ-PASSER – NÃO ICAO	09
TOTAL	147.293

ÍNDICES	QUANTIDADE 2009
PASSAPORTE COMUM - ICAO	122.584
PASSAPORTE DE EMERGENCIA -NÃO ICAO	846
PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO – NÃO ICAO	53
LAISSEZ-PASSER – NÃO ICAO	07
TOTAL	123.490

Em 2009, constatou-se no NUPAS - Núcleo de Passaporte, o tempo de espera de em 01 (um) dia útil, referente ao agendamento no sistema e a efetiva data de atendimento, com a ampliação do horário de atendimento ao público e a regularização das filas existentes com o novo sistema de agendamento.

Quanto às atividades da Delegacia de Combate ao Crime Contra o Patrimônio os objetivos traçados no Plano de Metas para o ano decorrido de 2009 foram plenamente alcançados, seja na assimilação do NRCP (Núcleo de Repressão a Crimes Postais) e execução de diretrizes simples de trabalho que resultaram no significativo crescimento de produtividade, em relação ao ano de 2008, de 261,7%; seja também no incremento de ações de amparo ao patrimônio da Caixa Econômica Federal, com o estabelecimento de relações leais de cooperação da empresa no fornecimento das informações necessárias aos atendimentos a que somos impelidos por lei, resultando, pois, na otimização de providências preventivas e em soluções satisfatórias levadas a efeito na unidade de quatro eventos de extorsão mediante sequestro com recuperação de reféns (três) e sem o pagamento de resgates (seis, incluída uma tentativa e duas simulações de sequestros) no curso de 2009.

A Representação da INTERPOL no Rio de Janeiro de modo geral vem mantendo uma atuação destacada no cenário nacional, como a mais eficiente, valendo frisar que o próprio organismo, no Brasil, é considerado um dos mais atuantes no contexto mundial. Frise-se que foram alcançadas as metas policiais lançadas no respectivo plano de 2009, a saber, superação do número de prisões de 2008 e a implementação de investigações

conjuntas com nossas congêneres estrangeiras, visando à prisão de brasileiros no exterior.

Quanto à Delegacia de Controle de Segurança Privada, suas atribuições envolvem, basicamente, o controle e a fiscalização das atividades de segurança privada desenvolvidas na área da circunscrição da SR/DPF/RJ, ressalvadas as atribuições das descentralizadas. Estão sujeitas ao controle desta DELESP/DREX/SR/DPF/RJ 1154 agências e postos bancários, 47 empresas de segurança orgânica, 107 empresas de segurança e vigilância, 10 cursos de formação de vigilantes, 08 empresas de transportes de valores e seus 370 veículos especiais. A DELESP/DREX/SR/DPF/RJ tem suas atribuições delimitadas ao município do Rio de Janeiro. Abaixo apresentamos o quadro demonstrativo das atividades da DELESP.

ATIVIDADES	QUANTIDADE POR ANO	
	2008	2009
Apreensões	26	45
Autos de Constatação de Infração e Notificação (ACIN's)	242	274
Autos de Encerramento de Atividade de Segurança Privada Não Autorizadas	1	29
Carteiras de Vigilantes Encaminhadas para a CGCSP	13209	11771
Carteiras de Vigilantes recebidas da CGCSP	12554	11058
Certidões de pesquisa de nomes de empresas	7	11
Certificados de Extensão em Escolta Armada	1578	1322
Certificados de Extensão em SPP	867	964
Certificados de Extensão em Transporte de Valores	1578	1115
Certificados de Formação de Vigilantes	7554	8420
Certificados de Reciclagem de Vigilantes	24180	25231
Certificados de Reciclagem em SPP	552	455
Certificados de Reciclagem em Transporte de Valores	1925	1327
Certificados de Segurança	111	88
Certificados de vistoria (carros forte)	409	289
Compra de armas, munições e petrechos para recarga (pareceres enviados à CGCSP/DIREX)	46	60
Guias de transferência e/ou transporte de armas	1601	1668
Memorandos expedidos	493	535
Notificações expedidas	583	1616
Ofícios expedidos	396	626
Oitivas realizadas	32	65
Ordens de Missão expedidas	1772	1534
Planos de Segurança apresentados (bancos e PAB's)	1569	1460
Portarias Bancárias expedidas	1193	1325
Processos Administrativos	14490	15408

(documentos protocolizados)		
Processos de Autorização de Funcionamento (encaminhados para CGCSP/DIREX)	12	07
Processos de Revisão de Autorização de Funcionamento (encaminhados para CGCSP/DIREX)	44	103
Processos para alteração de razão social	00	01
Processos para alteração de uniformes	10	15
Processos para autorização de Escolta Armada	02	01
Processos para autorização de Segurança Pessoal Privada	02	02
Processos para mudança de endereço	06	01
Processos para mudança de sócios	13	10
Registros DRT	2749	4120
Relatórios de Missão	1653	1440
Revisão da Autorização de serviço Orgânico de Segurança	5	11
Solicitação de perícias	8	27
Taxas de Segurança Privada	R\$ 1.232.884,26	R\$ 1.437.205,13
Vistoria de veículos especiais (carros forte)	426	574

A Força-Tarefa Previdenciária tem como principal atividade perquirir os meios utilizados para o cometimento de fraudes contra o INSS e atuar na **prevenção (nas causas) e repressão (nas conseqüências)** destes crimes. Neste alinhamento, estão sendo aplicadas técnicas com otimização dos recursos disponíveis para o combate da criminalidade. O **foco** deve ser dirigido às **causas das fraudes**, na maioria das vezes, relativas às fragilidades do sistema da Previdência Social e, conseqüentemente, interromper as fraudes contemporâneas. **Paralelamente**, os esforços devem ser direcionados à repressão dos crimes perpetrados, com o fim de **buscar o reparo patrimonial causado aos cofres públicos**, além de oferecer à sociedade uma resposta digna do Estado brasileiro contra os criminosos que se locupletam do patrimônio público. Buscando **novos paradigmas**, a FTPREV/RJ busca incorporar uma administração de resultado, assim entendida como administração obrigada a **buscar soluções** para os problemas com inteligência, celeridade, eficiência, transparência e economicidade de resultados, com a adoção de instrumentos idôneos para a realização dos fins institucionais aos quais se propõe uma Força-Tarefa de órgãos públicos. Por fim, repise-se que, lamentavelmente, **o Estado do Rio de Janeiro ocupa posição de proeminência no número de fraudes perpetradas em face da Previdência Social**. É neste cenário que a FT-PREV/SR/DPF/RJ apresenta seu Relatório Setorial, sendo indubitável que, para o efetivo combate da situação apresentada neste estudo, contamos com a colaboração **contínua de apoio e mesmo de fortalecimento da FTPREV/SR/DPF/RJ, verdadeiro instrumento de combate às fraudes previdenciárias no Estado do Rio de Janeiro**, cujo enfoque principal é, incessantemente, prevenir e reprimir os enormes prejuízos suportados pelos cofres da Previdência Social, que, segundo dados abalizados pela APEGR/MPS, circundam a monta de milhões de reais todos os meses.

Decerto, quão mais fortalecida for esta Força Tarefa Previdenciária, maior será a “Força” no combate à criminalidade que dilapida e sorve os cofres da Previdência Social do Brasil.

Na Delegacia Especial de Polícia Marítima – DEPOM, as atividades mais freqüentes são os patrulhamentos marítimos e terrestres efetuados nas vias navegáveis e portos; fiscalização do tráfego internacional de embarcações e pessoas por via marítima; fiscalização para credenciamento de empresas de transportes marítimos internacionais; operações de combate à pesca ilegal por embarcações, em apoio à DELEMAPH e IBAMA; prevenção e repressão ao contrabando e descaminho por via marítima; prevenção e repressão ao tráfico de substâncias entorpecentes por via marítima, em apoio a DRE; apoio técnico as delegacias em inquéritos envolvendo navios e instalações portuárias; apoio a perícia em trabalhos realizados em regiões insulares e costeiras; certificação e fiscalização dos portos e terminais marítimos para a verificação do cumprimento das regras do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias; ações para manutenção ou restabelecimento da Lei e da Ordem nas instalações portuárias e nas embarcações atracadas ou fundeadas nos portos do Estado do Rio de Janeiro; coordenação das CESPORTOS/RJ em reuniões, visitas técnicas e inspeções de certificação; segurança de eventos náuticos de expressão internacional, em coordenação com a Marinha do Brasil; segurança de dignitários, em apoio a DELINST; realização de cursos e treinamentos e administração do Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Polícia Marítima, subordinado técnica e normativamente à Academia Nacional de Polícia; representação e assessoramento à DIREX/DPF em assuntos e eventos relacionados com as atividades de polícia marítima no Brasil e no exterior.

Em 2008 a DEPOM/RJ efetuou 16 prisões no total: 01 por furto a bordo realizado por trabalhador portuário avulso (TPA); 14 por invasão e apoderamento ilícito de navio e instalação portuária, praticada por Trabalhadores Portuários Avulsos; e uma por furto de automóvel em frente à sede da DEPOM/RJ.

Já em 2009 a DEPOM/RJ efetuou 11 prisões no total: 03 por pesca ilegal em trabalho conjunto com o IBAMA e a DPF/ARS/RJ, 07 por desvio e receptação de mercadorias apreendidas pela alfândega do Porto de Itaguaí destinadas a destruição, em trabalho conjunto com a DELEFAZ/DREX/DPF/RJ; e 01 por crime de lesões corporais dolosas cometido por tripulante contra outro tripulante a bordo de navio estrangeiro fundeado em Mangaratiba/RJ.

Na Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico durante o ano de 2009 foram deflagradas duas grandes operações de sucesso no âmbito desta Delegacia, que mantiveram a demanda por diligências em alta durante todo o ano, com quase todo o efetivo aplicado em muitas ocasiões. Foram mantidos os esforços de fiscalização e repressão aos crimes ambientais em Unidades de Conservação. Durante o ano foi possível reduzir consideravelmente a carga de inquéritos policíacos represadas em razão da priorização de operações de inteligência, dessa forma, atendendo a demanda sempre lembrada pela Administração quando em qualquer reunião com as Chefias de Delegacias. Houve não só a redução, como renovação da carga, concentrando esforços em investigações mais recentes, com mais chances de sucesso.

A Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM, seguindo direcionamento da DARM/DCOR, foi implementado o SINARM itinerante, com serviços de entrega voluntária de armamentos (campanha do desarmamento) e o cadastramento nacional de armas. A caravana percorreu os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Angra dos Reis, Nova Friburgo, Cantagalo, Rio Bonito, Cabo Frio, Niterói, São Gonçalo, Cabo Frio, Macaé e Campos dos Goytacazes.

Visando aperfeiçoar a execução das atividades de sua competência, o Setor de Tecnologia de Informação vem aprimorando o acesso às informações existentes nas descentralizadas e na SR/DPF/RJ bem como vem buscando interligar a Superintendência a outros órgãos: Tribunal Regional Federal, Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/RJ, Subsecretaria de Inteligência - SSI/SESP, dentre outros. Especificamente em 2009 foram feitas diversas reuniões com o pessoal da SESP com o objetivo de realizar ajustes visando a melhorar a qualidade do acesso da SESP aos sistemas da Polícia Federal e do pessoal da Polícia Federal aos sistemas da SESP.

Durante o ano de 2009 devido à inexistência de contratos de manutenção dos equipamentos, o **STI** realizou, embora com grandes limitações: instalação e diversas manutenções corretivas e preventivas em inúmeros equipamentos de telecomunicação e informática. Para atingir suas metas, durante os últimos anos o Setor vem tentando se adequar à escassez de recursos alocados. Uma das soluções tem sido otimizar os deslocamentos das equipes reduzidas de técnicos com formação multidisciplinar às descentralizadas de forma a minimizar os problemas existentes de telefonia, informática e radiocomunicação.

A troca de equipamentos obsoletos e a integração das redes de dados, radiocomunicação e telefonia vem sendo realizada em velocidade inferior à desejada. Desde 2007 o sistema Tetrapol e o sistema de telefonia da SR/RJ encontram-se integrados permitindo a realização de quatro ligações simultâneas. O sistema de telefonia deverá ser integrado com a aquisição de novas CPCT.

Desde 2008 a estrutura de tecnologia da informação da sede da Superintendência Regional vem sendo adequada pelo STI à situação de gerenciamento de crises ligada à ininterrupta obra das instalações da Superintendência Regional.

Dentre os recursos utilizados, aquele que apresentou a mais considerável melhoria, foi o da infraestrutura da rede de distribuição elétrica. Neste aspecto, por longo período, o Setor enfrentou grandes dificuldades relacionadas à inadequação e ao mal dimensionamento da rede elétrica que servia não só ao **STI**, mas também ao restante do prédio, fato que causava constantes “picos” e via de regra interrupção dos serviços disponibilizados, além da queima de número considerável de equipamentos.

A quantidade de impressoras e computadores recebidos via PROMOTEC até 2009, como já ocorrera em 2008 e 2007, mostrou-se insuficiente no atendimento às necessidades mínimas de modernização dos equipamentos da área de TI no âmbito desta Superintendência Regional, exigindo aquisições com o fim de suprir duas demandas prioritárias: a primeira com relação às estações de trabalho que apresentam alto grau de obsolescência e precisavam ser substituídas, e a segunda, com o fim de suprir a lotação de novos servidores.

As Centrais Telefônicas utilizadas na Superintendência e nas Descentralizadas encontram-se instaladas de forma precária não possuindo facilidades disponíveis ou reserva técnica que possa atender a necessidades emergenciais. A troca das centrais telefônicas e a integração das mesmas permitirá redução em cerca de 40% dos gastos atuais e aumento de 120% da capacidade instalada em telefonia. A infraestrutura de cabeamento estará sendo adequada em manutenção que foi iniciada em novembro de 2009, tendo previsão de conclusão em julho de 2010. Com relação à aquisição das Centrais Telefônicas estima-se que os gastos com as aquisições seja de cerca de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) e a economia anual da ordem de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) razão pela qual entende-se que o valor investido será equivalente ao economizado nos seus primeiros 30 meses de utilização.

Os valores gastos com o contrato de telefonia vem sendo reduzido, a despeito dos aumentos tarifários autorizados. A obtenção destes resultados está ligada a uma política de controle dos gastos e de conscientização dos servidores. Todavia tal política poderá ser melhor implementada com a aquisição de novas centrais telefônicas que permitam a melhor gerência das ligações. É importante que seja informado que a redução dos gastos não está ligada a não disponibilização dos recursos de telefonia, o que em verdade vem sendo implementado é o uso racional dos recursos de telecomunicações disponíveis. Está instalada uma solução que permite realizar ligações telefônicas entre as delegacias de Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu e a Superintendência Regional com custo zero, tal solução será utilizada entre todas as Delegacias e a Superintendência tão logo sejam adquiridas as novas centrais telefônicas.

Foram minimizados os problemas com referência à quantidade insuficiente de licenças de uso de softwares, através da implementação da política de uso de versões de softwares livres. Existe porém, certa dificuldade de implementação de normas rígidas de segurança da informação em virtude da obrigação de manutenção de compatibilidade entre as diversas versões de softwares.

A Delegacia de Polícia Federal em Macaé realizou no âmbito de sua circunscrição, no exercício de 2009, três grandes operações policiais, a saber:

OPERAÇÃO CHRONOS: O objetivo da Operação Policial foi investigar e reprimir uma numerosa quadrilha de traficantes de drogas que exerce domínio sobre diversas comunidades carentes do Município de Macaé, tendo relações com traficantes do Município do Rio de Janeiro, pertencentes à facção criminosa A.D.A. – Amigos dos Amigos. As investigações geraram diversas prisões em flagrante desde o ano de 2007. No ano de 2009, a operação resultou na expedição de 39 mandados de prisão preventiva e 06 mandados de busca e apreensão. A Operação foi deflagrada em 25/04/2009.

OPERAÇÃO PONTO ZERO: O objetivo da Operação Policial foi desarticular uma quadrilha que fraudava o sistema de multas de trânsito aplicadas no Município de Macaé, através da inserção de dados falsos no sistema informatizado do DETRAN-RJ. As investigações resultaram na expedição de 7 mandados de prisão temporária e 10 mandados de busca e apreensão. A Operação foi deflagrada em 09/07/2009.

OPERAÇÃO ROUBO S/A – SAQUE NOTURNO: O objetivo inicial da Operação Policial era investigar a autoria de uma série de arrombamentos cometidos contra agências bancárias, sobretudo da CEF, na região de Nova Friburgo. As investigações apontaram a autoria e mostraram que alguns dos agentes participavam, também, de uma quadrilha dedicada ao roubo de cargas e que havia agentes policiais civis e militares que auxiliavam na prática dos delitos e praticavam extorsões na referida região. As investigações resultaram na expedição de 58 mandados de prisão preventiva e 55 mandados de busca e apreensão. A Operação foi deflagrada em 09/09/2009.

Como principal atividade realizada pela Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu podemos destacar que, face ao acordo firmado com o Gerente da ANATEL/RJ, todas as terças-feiras foram realizadas missões para repressão a rádio clandestina e centrais clandestinas de operação de TV por assinatura em conjunto com os fiscais daquela agência reguladora, os quais traziam todo o equipamento técnico para suporte. Onde foram expedidas **mais de 100 (cem) ordens missões** para este fim.

Em 2009, na circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Angra dos Reis, foram deflagradas as seguintes operações:

1) **Bandeirada do Pó** (repressão ao tráfico de drogas) e **Stalingrado** (contrabando), dentre inúmeras outras inominadas. Somente nessas duas operações foram presas, respectivamente, 10 (dez) e 16 (dezesesseis) pessoas.

Importante destacar o aumento, considerável, à repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes na região Sul Fluminense, com a adoção de algumas medidas na área de inteligência policial, que redundou, a partir de meados de outubro de 2009, em 9 (nove) prisões.

A operação Stalingrado foi um marco na repressão a máquinas eletrônicas programáveis, popularmente conhecidas como “caça-níqueis”, pois, de forma inédita, donos de estabelecimentos comerciais foram presos, em flagrante, em razão de sua exploração econômica. Como resultado, atualmente, nessa circunscrição, não se tem notícias de bares com essas máquinas. Ao todo, 16 (dezesesseis) comerciantes foram presos em flagrante.

Foram presas em flagrante 17 (dezesete) pessoas por crimes ambientais diversos, como pesca ilícita, desmatamento, extração ilegal de minérios, caça e manutenção de pássaros em cativeiro, sem a devida autorização etc.

Uma das principais características da DPF/ARS/RJ é a diversidade do trabalho realizado, com forte repressão em diversas áreas, desde crimes a bordo de navios, como também delitos previdenciários, tráfico de drogas, ambientais, contra as telecomunicações, loteamento irregular, eleitorais, contrabando, descaminho e, de forma geral, em detrimento a bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, cumprindo, integralmente, as suas atribuições constitucionais e legais.

Da análise dos dados da Delegacia de Polícia Federal em Volta Redonda no ano de 2009, além do aumento do número de operações, houve incentivo a todos os núcleos que também exercem atividades-fim da Polícia Federal, mas no âmbito administrativo (Proquim, Comissão de Vistoria, Núcleo de Imigração, Núcleo de operações e Análise) a atuarem de forma a prestar um serviço de excelência ao cidadão que busca a Polícia Federal.

O Núcleo de Operações e análise foi separado formalmente, mas os Agentes revezam entre si essas atividades entre os dois núcleos, em decorrência a carência de efetivo, sempre com objetivo de combate aos mais diversos crimes da atribuição da Polícia Federal.

Aprofundou-se a separação de Inquéritos por especialidade, para facilitar o conhecimento da Autoridade Policial com a matéria a ser investigada, e foram estrategicamente designados os Delegados a atuarem também nos núcleos mais administrativos como Núcleo de Operações, Numig, Proquim e Comissão de Vistoria para melhor conhecimento das Autoridades Policiais dessas atividades da PF.

O serviço de entrega de passaportes no padrão ICAO foi e está sendo realizado sem filas ou tumultos, assim como foi o atendimento aos pedidos de anistia para estrangeiros.

A comissão de Vistoria aumentou a produtividade e a arrecadação em taxas. Dobraram o número de fiscalizações a seguranças clandestinas de eventos e comércio, além das fiscalizações a instituições bancárias.

O planejamento minudente das operações e dos serviços prestados pela Delegacia tornou-se uma regra, que inclui análise de todos os pontos fortes e fracos no planejamento, cuidado com a logística e com a organização, essenciais para o sucesso em qualquer trabalho, o que vem trazendo ótimos resultados e boa repercussão na região.

Houve visível diminuição de Inquéritos Policiais em 2009, resultado de um grande esforço dos Delegados em relatá-los, o que levou a um número de instaurações quase 15% menor em comparação aos relatados. O ano de 2008 finalizou com 977 apuratórios e o de 2009 com 860.

Na Delegacia de Polícia Federal em Campos dos Goytacazes, de maneira geral, as condições materiais de trabalho melhoraram no ano de 2009, recebendo três novas viaturas e farta munição para treinamento. Além disso, foram recontratados funcionários para o desenvolvimento da atividade-meio, já que a unidade conta apenas com um servidor administrativo.

Outro fator positivo foi a implantação do novo modelo de passaporte, bem como os novos sistemas de registro de frequência, de controle de diárias e passagens e de gestão de férias, que constituem ferramentas eletrônicas que facilitam o controle e a gestão administrativa.

Outro aspecto positivo foi o investimento na qualificação e treinamento dos policiais. No ano de 2009, servidores da DPF/GOY/RJ participaram de alguns cursos, nas seguintes áreas: controle administrativo de produtos químicos; trabalho forçado infantil; técnicas de investigação antidrogas; defesa química, biológica, nuclear e radiológica; gestão de pessoas; operação de pistolas TASER; e combate à pedofilia e pornografia infantil. Indiscutivelmente, tais cursos são importantes para manter o grupo atualizado e capacitado, além de servir como fator de motivação do efetivo.

No combate aos crimes contra a fazenda pública, colarinho branco e jogo ilegal, destacamos os trabalhos executados pela Delegacia de Prevenção e Repressão a Crimes Fazendários que, em diversas ações retirou de circulação centenas de máquinas caça níqueis, indiciando seus responsáveis, evitando a evasão de divisas, sonegação de tributos e impostas, recursos esses que, se não utilizados pelos Estado nos programas sociais, acabam por financiar diretamente as organizações criminosas.

Não podemos deixar de citar os trabalhos desenvolvidos pelas delegacias especializadas no combate à repressão ao tráfico de entorpecentes e seus insumos assim como no combate aos crimes de pedofilia e crimes cibernéticos que, mesmo diante dos escassos recursos humanos, quer seja na área fim quer seja na área meio, não mediu esforços para reprimir de maneira eficaz esses crimes que afetam diretamente o seio das famílias e causam repulsas e indignação na sociedade brasileira além de repercussão mundial.

2.4.3 – Análise do desempenho

A atividade policial é diferenciada de outros segmentos da administração pública. Retratando desta forma, a dificuldade em se mensurar e estabelecer indicadores objetivos para descrever os resultados atingidos pela atividade-fim. O que diferentemente podemos demonstrar pelos resultados na atividade-meio onde fica visível a transformação por que passa a SR/DPF/RJ, haja vista que os recursos alocados para as melhorias das condições de trabalho dos servidores e atendimento ao público foram efetivamente aplicados de forma consciente e em sua totalidade, o que fatalmente vem refletindo no desempenho operacional da Polícia Federal neste Estado, tornando-a cada vez mais eficiente, eficaz e efetiva.

No aspecto dos recursos humanos, o efetivo de servidores policiais e administrativos encontra-se prejudicado e insuficiente para cumprir todas as atribuições da Polícia Federal.

Há também a necessidade de dotar a SR/DPF/RJ de recursos logísticos com a aquisição de novas viaturas (marítimas e terrestres), equipamentos de informática e de telefonia, mobiliários e armamentos.

Em uma análise geral, verifica-se que apesar de todos os contratempus e dificuldades econômicas pela qual esta unidade gestora foi submetida no exercício de 2009, a mesma não deixou de cumprir com sua missão institucional dentro da política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro e conseqüentemente no país que, numa síntese do que dispõe as diretrizes do Ministério da Justiça e do Departamento de Polícia Federal, compõe-se de levar à população deste estado condições para o desenvolvimento das ações de crescimento com cidadania.

3 - Recursos Humanos

Quadro 22 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	1.340	Σ	Não há informação¹
Próprios	1.340	Não há informação ¹	
Requisitados	Não há	Não há	
Celetistas	Não há	Não há	
Cargos de livre provimento	Não há	Σ	
Estatutários	Não há	Não há	
Não Estatutários	Não há	Não há	
Terceirizados	Não há informação	Não há informação	
Total			

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 23 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 ²

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	2.392 ¹	386.858.338,63		6.114.855,06	110.495,46	2.898.638,45
2008	2.353 ¹	462.399.625,14		7.731.741,01	151.523,64	2.857.212,94
2009	2.303 ¹	289.093.858,01		5.749.276,23	487.893,57	2.689.371,27
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						

2007	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2008	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2009	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2008	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2009	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2008	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2009	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2008	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2009	16	Não há informação	Não há informação	Não há informação	Não há informação	Não há informação

QUADRO DE TERCEIRIZADOS								
DESCRIÇÃO	2006		2007		2008		2009	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE Postos	DESPESA
Terceirizados para Vigilância	08 postos	116.280,00	08 postos	232.560,00	10 postos	295.000,00	24	446.836,80
Terceirizados para Limpeza	(*)	1.233.027,87	(*)	1.357.326,66	(*)	1.478.551,80	68	1.622.021,52
Terceirizado para Apoio Administrativo								
Mensageiro	07	85.140,00	07	110.952,46	07	113.993,88	15	230.978,40
Recepcionista	20	352.320,00	20	391.119,12	26	531.265,00	49	718.998,60
Recepcionista Aeroporto Internacional	x	x	x	x	136	3.208.177,44	144	4.389.853,44
Técnico de Suporte	11	2.086.080,00	11	2.327.917,32	11	2.879.361,48	11	2.879.361,48
Digitador	82		82		114		160	
Digitador em Campos dos Goytacazes	x	x	x	x	10	278.266,80	X	X
Terceirizados para Outras Atividades								
Ascensorista	03	48.588,00	03	53.697,60	03	53.697,60	3	61.306,20
Telefonistas	05	126.073,80	05	126.073,80	05	136.766,40	5	143.450,40
Manutenção Predial	20	826.214,40	20	886.441,08	20	966.671,76	25	1.077.126,00
Aux. Serv. Gerais	x	x	x	x	06	84.055,20	6	108.911,52

(*) Quantitativo por produtividade:

34.465 m² de área interna

11.987 m² de área externa

4.642 m² de esquadrias

Fonte: SIAPE, GESTÃO DE CONTRATOS

¹ Considerado o somatório de ativos e aposentados.

² O pagamento de pessoal é realizado pelo órgão central do DPF.

Considerações

Bem distante de se ter uma real e efetiva política de recursos humanos, esta Unidade apenas reproduz, em parte, as rotinas e diretrizes estabelecidas pela Sede.

Facilmente se pode notar a carência de pessoal no desenvolvimento de atividades na área meio; desvio de função de pessoal da área fim para desenvolver essas atividades; má distribuição do efetivo existente; ausência de uma gestão por competências; contratações de terceirizados que não levam em consideração e não suprem as reais necessidades de serviço; além de outras mazelas.

Para se ter uma idéia da perda de efetivo desta Unidade apresentamos a seguinte tabela:

SITUAÇÃO	2007	2008	2009
Aposentadorias	33	43	40
Falecimentos	04	05	03
Demissão/Exoneração	01	05	08
Vacância	Não consta	01	06

Não há uma política para substituição dessa mão de obra perdida e nem tão pouco é levado em consideração à destinação dessas vagas à Unidade por ocasião de concurso e/ou remoções. Vale lembrar que por ocasião do único concurso realizado para a área meio deste Departamento obtivemos os menores números de vagas, demonstrando uma política equivocada no tratamento a Unidade que deve dispor atendimento a segunda mais populosa Unidade da Federação.

Por último lembramos que é cada vez maior a criação de novos setores e/ou atividades sem que haja a destinação de pessoal apropriado para ocupar essas novas atividades o que proporciona a má qualidade no atendimento ao cidadão.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 24 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	200.283,01	120.910,90	78.875,9	496,12
2007	1.935,27	0,00	0,00	1.935,27
2006.	7.480,00	0,00	7.480,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	12.992.325,79	310.822,90	1.884.710,78	10.796.792,11
2007	11.663.358,63	926.722,78	9.680.775,70	1.055.824,15
2006	13.669.255,84	783.706,13	2.181.065,20	10.704.484,51
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Os recursos orçamentários previstos no Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal foram destinados no âmbito da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro para as obras de reforma recuperação das instalações da SR/DPF/RJ.

Por meio de processo licitatório foram contratadas empresas especializadas para executar os serviços descritos abaixo:

- 1) demolição dos blocos E e F e depósito (concluída em 2009);
- 2) reforma e adequação do SETEC (concluída em 2009);
- 3) substituição dos elevadores;
- 4) restauração da fachada e recuperação estrutural do edifício sede;
- 5) e a reforma de adequação dos 2º e 3º andares;
- 6) reforma e adequação do NID e NUCRIM;
- 7) projeto executivo do anexo central.

Os recursos mencionados no quadro acima foram empenhados e liquidados aproximadamente 50% em 2009, sendo que o montante previsto nos contratos está em fase de execução no exercício de 2010.

Destacamos ainda o fato do contingenciamento imposto pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF que, mesmo tendo expedido declarações orçamentárias em processos de contratação, não disponibilizou os recursos financeiros correspondentes ao final do exercício.

6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

A Controladoria-Geral da União no Rio de Janeiro considerou as contas desta Superintendência como “REGULAR COM RESSALVAS” , conforme Certificado de Auditoria nº 224613.

As recomendações propostas pela CGU em 2009 estão relacionadas abaixo com as respectivas providências adotadas.

Quadro 25 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	
224613	1.1.1.1	
Descrição da Recomendação: 001		
Adotar providências, nas licitações realizadas no âmbito da SR/DPF/RJ, ainda que os editais sejam elaborados pelo órgão central, para que co		
Providências adotadas:		
A Comissão Permanente de Licitação vem adotando a recomendação apontada.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implemen
224613	1.1.1.1	SELOG/SR/DPF/RJ
Descrição da Recomendação: 002		
Renegociar com a contratada um valor mais abaixo para a taxa de administração, buscando, assim, atender o princípio da econo		
Providências adotadas:		
A Comissão Permanente de Licitação negociou com a empresa contratada baixando a taxa de administração de 4,5% para 3,5%		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor R
224613	1.1.1.2	
Descrição da Recomendação: 001		
Cumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada, atendendo assim, ao disposto no art. 4		
Providências adotadas:		
A Comissão Permanente de Licitação foi cientificada da recomendação e orientada a observar rigorosamente as disposições leg		

Nº Relatório	Item do Relatório	
224613	1.1.1.2	
Descrição da Recomendação: 002		
Nos casos de utilização do Sistema de Registro de Preços, publicar os avisos de licitação também em jornal de grande		
Providências adotadas:		
Atendendo a recomendação foi firmado contrato com empresa específica visando às publicações.		

Nº Relatório	Item do Relatório	
--------------	-------------------	--

224613	1.1.1.3	
Descrição da Recomendação: 001		
Proceder à .realização de licitação para aquelas despesas de mesma natureza ou que constituem o mesmo objeto, de mo		
Providências adotadas:		
A recomendação foi amplamente divulgada aos agentes responsáveis (Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo o		

Nº Relatório	Item do Relatório	
224613	1.1.1.3	
Descrição da Recomendação: 002		
Planejar adequadamente as aquisições.e contratações a fim de evitar o fracionamento da despesa..		
Providências adotadas:		
Foi realizada reunião com os agentes envolvidos (Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo de Material, Comissã		

Nº Relatório	Item do Relatório	
224613		
Descrição da Recomendação: 001		
Adotar a pratica de inserção de dados, referente às diversas atividades desenvolvidas, no sistema informatizado já implantado, e		
Providências adotadas:		
O Setor de Tecnologia da Informação – STI/SR/DPF/RJ, está desenvolvendo projeto/sistema que atenda a recomendação.		

Nº Relatório	Item do Relatório	
224613	2.1.2.1	
Descrição da Recomendação: 002		
Estabelecer metas para o exercício de 2009 e apresentar, no Relatório de Gestão, o resultado alcançado ao final do exercício a p		
Providências adotadas:		
Os setores e Delegacias apresentaram as metas para o exercício de 2009, no entanto não apresentaram ao final do exercício o re		

Nº Relatório	Item do Relatório	
224613	2.1.2.2	
Descrição da Recomendação: 001		
Estabelecer e apresentar no próximo Relatório de Gestão indicadores que afirmam a eficiência, eficácia, e a efetividade da gestão		
Providências adotadas:		
Considerando as informações disponíveis nos relatórios de atividades setoriais, estamos apresentando no Relatório de Gestão os		

Nº Relatório	Item do Relatório	
224613		
Descrição da Recomendação: 001		
Cumprir a metodologia regulamentada, que estabelece que o pagamento da indenização deve ocorrer de forma prévia à		
Providências adotadas:		
Considerando que a unidade é vinculada ao órgão central e depende do repasse efetuado por este, que por sua vez depende minimizados.		

Nº Relatório	Item do Relatório	
--------------	-------------------	--

224613	3.1.1.1	
Descrição da Recomendação: 001		
O retorno dos servidores cedidos ao Estado do Rio de Janeiro, conforme dispõe o art. 10 do Decreto nº 4050/2001.		
Providências adotadas:		
Cumprindo determinação do Ordenador de Despesas, o SRH instou os órgãos cessionários a efetuar o repasse dos valores em at		
Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implem
224613	3.1.1.1	SRH/SR/DPF/RJ
Descrição da Recomendação: 002		
Implantar rotina de acompanhamento e cobrança periódica dos débitos relativos a cessões, que preveja as ações estabe		
Providências adotadas:		
Cumprindo determinação do Ordenador de Despesas, o SRH vem adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento da		

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro recebeu 01 (uma) determinação do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 26 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Denominação completa:		
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF RJ		
Ordem		
Processo		
TC 026.893/2009-1		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		
Superintendência Regional da Polícia Federal		
Descrição da Deliberação:		
Determinar à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio de Janeiro que verifique a regularidade fiscal dos contratos firmados no âmbito da SR/DPF/RJ.		
Setor responsável pela implementação		
SELOG/SR/DPF/RJ		
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:		
Realizada reunião com o gestor de contratos e demais componentes da equipe de gestão visando atender rigorosamente a recomendação.		
Síntese dos resultados obtidos		
Esperasse que não mais tenhamos contratos ou termos aditivos assinados sem a correspondente consulta à regularidade fiscal da SR/DPF/RJ.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Todos os contratos firmados no âmbito da SR/DPF/RJ são submetidos a análise do Núcleo de Assessoramento Jurídico da Advogado Geral da Polícia Federal.		

12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

13 - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Quadro 27 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

Declaração Do Responsável Pela Área de Contratos			
Declaração			
Denominação completa (UJ):		Código das UG's:	
Superintendência Regional de Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro		200356 & 200357	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados pela unidade que apresenta o Relatório de Gestão estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e termos de Parceria - SICONV esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro, RJ	Data	04 de março de 2010
Responsável	Jorge José Silva Ferreira	Matrícula n°	022.7379

14 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ): SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - RJ	Código da UG: 200356 - 200357
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

15 – Outras Considerações

Através da coleta de dados junto as Delegacias, Setores e Descentralizadas que compõem da estrutura da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, observamos o relato de dificuldades pontuais apontadas pelas suas respectivas chefias, dificuldades estas que a unidade vem buscando minimizar, ou eliminar, durante a gestão. Merece destaque, no entanto que estas chefias abordaram a problemática da carência de recursos humanos, principalmente da área meio, servidores do Plano Especial de Cargos, como um dos principais problemas enfrentados para cumprimento das suas tarefas.

É de conhecimento público que o último concurso para o preenchimento de vagas na área administrativa ocorreu a mais de 06 (seis) anos e que muitos dos servidores aprovados e nomeados naquele concurso já deixaram o órgão em busca de melhores remunerações, quer seja na iniciativa privada, quer seja em outros órgãos da administração pública.

Nesse sentido, vale lembrar que a Direção Geral da PF vem enviando esforços junto aos canais competentes para solução de mais essa demanda, como podemos verificar na carta enviada aos servidores que transcrevemos abaixo:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIREÇÃO-GERAL**

Brasília/DF, 25 de fevereiro de 2010

Prezado Servidor,

É com imensa satisfação que informo a todos que o Ministro da Justiça encaminhou ontem, ao Ministério do Planejamento, o anteprojeto de Lei que reestrutura a carreira administrativa da Polícia Federal. O anteprojeto institui a Carreira Técnico-Administrativa da PF, composta por dois cargos: Analista Técnico Administrativo (de nível superior) e Técnico Administrativo (de nível médio). O texto proposto contempla também a criação de mil cargos de Analista e dois mil de Técnico, que serão preenchidos por concursos a serem autorizados pelo MPOG, de acordo com as necessidades de recomposição dos nossos quadros de pessoal.

Pelo projeto, os Analistas exercerão atividades técnicas e especializadas, de nível superior, a serem definidas em decreto, e os Técnicos executarão atividades técnicas, administrativas, logísticas e de atendimento, de nível intermediário. Durante a elaboração do texto do anteprojeto, a categoria dos Servidores Administrativos foi ouvida, tendo a oportunidade de opinar a respeito.

A proposta prevê que os atuais servidores do Plano Especial de Cargos serão enquadrados na nova Carreira Técnico-Administrativa da Polícia Federal.

O ato de hoje é fruto do encaminhamento do anteprojeto realizado pela Polícia Federal, ao Ministério da Justiça, em 16 de novembro de 2009, e procura valorizar os Servidores Administrativos da PF, em reconhecimento ao indispensável trabalho realizado pela categoria, que dia a dia engrandece o nome de nossa Instituição.

Atenciosamente,

*Luiz Fernando Corrêa
Diretor-Geral*

É o Relatório de Gestão de 2009 da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2010.

**ANGELO FERNANDES GIOIA
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Matrícula nº 6304
Superintendente Regional**

ANEXO I

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ/DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

PLANO DE METAS ANUAIS – 2009

I - METAS POLICIAIS

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO			JUSTIFICATIVA EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO INTEGRAL
				NÃO ATINGIU	PARCIAL	INTEGRAL	

1	Manter o número de inquéritos policiais relatados maior (20%) ou igual ao número de instaurados.	<p>É preciso reduzir o número de inquéritos policiais em andamento:</p> <p>Orientar as autoridades policiais para os seguintes procedimentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Relatar inquéritos possíveis, tendo como argumento termo firmado com o MPF para relatar inquéritos com base em fatos prescritos pela pena prevista no Código Penal ou pena abstratamente prevista. 2. Relatar inquéritos que apurem fatos que caracterizam crime de bagatela; 3. Relata inquéritos para fatos nos quais as circunstâncias apuradas mostrem absoluta impossibilidade de chegar a autoria ou materialidade; 4. Relatar inquéritos que apurem fatos que, por equívoco, tenham sido instaurados para apurar fatos fora das atribuições do DPF ou fora da circunscrição da descentralizada. <p>Observar atentamente se o fato é de atribuição do DPF e da circunscrição da descentralizada, se já está prescrito e se não há a menor chance de chegar a autoria e materialidade antes de instaurar o IPL.</p>	DREX DRCOR COR DELEGACIAS	x			<p>A quantidade de IPL's relatados em 2009 diminuiu em 22%, passando de 7.772 no exercício anterior para 6.016 no exercício analisado, fato que pode ter ocorrido em razão das constantes mudanças físicas que se fizeram necessárias em razão das obras de reforma pelas quais está passando a unidade, o que influenciou diretamente na rotina das delegacias. No entanto espera-se que com as melhorias que serão proporcionadas pelas obras em comento haja significativo crescimento no desempenho dos servidores em geral, justificando assim o investimento.</p>
2	Reduzir o tempo de andamento dos IPL's (20%)..	<p>Os inquéritos policiais tramitam durante anos, acarretando a impunidade e diminuindo a credibilidade deste instituto:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Manter o máximo possível a carga 	DREX DRCOR		x		<p>A administração vem realizando diversas reuniões e seminários com objetivo de dar cumprimento a meta proposta, porem fatores alheios , tais como obras,</p>

		<p>de IPL's com a mesma autoridade policial em sua presidência;</p> <p>2. Montar grupo de estudo para analisar as principais causas da demora na apuração dos fatos;</p> <p>3. Designar uma equipe de agentes para atuar no IPL junto com o delegado e escrivão;</p>	<p>COR</p> <p>DELEGACIAS</p>				<p>remanejamento de setores e falta de recursos humanos , impedem de a meta seja atingida em sua plenitude.</p>
3	<p>Determinar o pronto atendimento às ocorrências policiais por parte das autoridades policiais de plantão, tomando imediatamente as providências determinadas no artigo 6º do C.P.P.</p>	<p>A demora na tomadas das providências do artigo 6º do CPP em relação as ocorrências policiais registradas acarreta a instauração de IPL's sem os elementos necessários a rápida elucidação dos fatos.</p> <p>- Orientar as autoridades policiais de plantão a, logo que registrada a ocorrência policial, realizar as diligências elencadas no art. 6º do CPP.</p>	<p>DREX</p> <p>DRCOR</p> <p>COR</p> <p>DELEGACIAS</p>			x	
4	<p>Intensificar o combate ao trafico de drogas, crimes financeiros, contrabando e descaminhos, trafico de armas e outros de competência da Policia Federal no âmbito da SR/DPF/RJ.</p>	<p>Função Constitucional do Departamento de Policia Federal.</p> <p>- Empregar todos os meios legais para sua efetiva execução.</p>	<p>DREX</p> <p>DRCOR</p> <p>COR</p> <p>DELEGACIAS</p>			x	

5	Realizar operações de barreiras policiais nas principais rodovias do Estado, visando coibir o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho de armas, cigarros, produtos pirateados e equipamentos de informática e eletrônicos.	Aumentar a prevenção e repressão aos crimes descritos em nossa circunscrição: - Realizar operações conjuntas com a Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal do Brasil em barreiras policiais na Rodovia Presidente Dutra.	DREX DRCOR COR DELEGACIAS			x	
6	Aumentar em 50% a repressão a crimes contra a lei de telecomunicações.	É grande a incidência de rádios piratas na circunscrição, apesar de sistemática realização de operações para reprimir tais delitos (uma por semana). - Estabelecer um cronograma de operações conjuntas com fiscais da ANATEL.	DREX DRCOR COR DELEGACIAS			x	
7	Aumentar em 50% a repressão a crimes praticados com a clonagem de cartões de crédito da Caixa Econômica Federal, realizado com o equipamento denominado chupacabra, usado em	É grande a incidência do deste tipo de delito na circunscrição, causando enorme prejuízo à CEF. - Realizar trabalho de inteligência com apoio do pessoal de segurança bancária da CEF, visando prender quadrilhas organizadas que atual na nossa	DREX DRCOR COR DELEGACIAS		x		Vem sendo feito um planejamento para que a meta seja atendida em sua plenitude, porem todas as ocorrências vem sendo apuradas.

	terminais de auto-atendimento.						
8	Dar pronta resposta as notícias-crime protocoladas nesta descentralizada.	Os fatos devem ser apurados o mais breve possível, de forma a não perder indícios e provas dos mesmos. - Instaurar rapidamente os IPL's para apurar delitos das notícias de crime.	DREX DRCOR COR DELEGACIAS			x	
9	Aumentar 50% a fiscalização sobre atividade clandestina de segurança privada.	As empresas de segurança privada que atuam regularmente e pagam as taxas exigem, com muita correção, mais efetiva fiscalização sobre a atividade clandestina de segurança privada, por trata-se de concorrência ilícita, não gera empregos regulares e pode causar violência por parte de pessoal não qualificado para atividade. - Determinar a Comissão de Vistoria de Segurança Privada da delegacia a confecção de um cronograma de fiscalização sobre as atividades clandestinas de segurança privada	DREX DRCOR COR DELEGACIAS			x	

		em todos os municípios da circunscrição					
10	Aumentar 50 % a fiscalização sobre as empresas que usam produtos químicos controlados – de 17 para 25.	<p>Impedir o uso de produtos químicos precursores de drogas ilícitas.</p> <p>- Determinar a Comissão de Fiscalização de Produtos Químicos da delegacia a confecção de um cronograma de fiscalização sobre as atividades clandestinas de segurança privada em todos os municípios da circunscrição</p>	<p>DREX</p> <p>DRCOR</p> <p>COR</p> <p>DELEGACIAS</p>		x		Houve apenas 13 fiscalização, porem as multas aumentaram em aproximadamente 75%.
11	Dar celeridade as investigações relativas a crimes eleitorais	<p>Redução das requisições de instauração de ipl's.</p> <p>- concentrar a investigação</p>	<p>DREX</p> <p>DRCOR</p> <p>COR</p> <p>DELEGACIAS</p>			x	

12	Priorizar a investigação dos delitos relativos a pedofilia e tráfico de seres humanos	Alteração na legislação - concentrar a investigação	DREX DRCOR COR DELEGACIAS DELINST/RJ			x	
13	Implementar, em todas as unidades no âmbito da SR/DPF/RJ, indicadores de desempenho representativo e compatível com a realidade das atividades de polícia judiciária	Dificuldade da SR/DPF/RJ de obter dados das diversas unidades vinculadas de modo a estabelecer uma consolidação dos resultados de desempenho. - Necessidade de formular indicadores de desempenho comparativos com exercícios anteriores, com o intuito de Aferição da eficiência e eficácia das ações desenvolvidas. - Extrair dados mensais do SINPRO/SISCART para o cálculo dos indicadores.	DREX DRCOR COR DELEGACIAS			x	Gradativamente a meta vem sendo empregada, sendo que o Setor de Informática vem desenvolvendo um programa para aferir o desempenho das atividades do Órgão.

14	Dar continuidade ao treinamento dos servidores policiais de todas as unidades, buscando capacitá-los e atualizá-los operacionalmente.	Preparar o servidor para o enfrentamento de situações comuns no trabalho da unidade, dadas as características peculiares da área circunscricional. - incentivar a participação em cursos de capacitação e atualização, e buscar as parcerias necessárias à obtenção de locais de treinamento de técnicas operacionais já dominadas.	DREX DRCOR COR DELEGACIAS NT & D		x		Foram atendidos dentro do possível, sendo que a maior dificuldade é na aprovação dos cursos que são feita pelo Órgão Central
15	Dar continuidade ao treinamento dos servidores policiais de todas as unidades, buscando capacitá-los e atualizá-los continuamente em relação a estratégias de investigação que necessitem de conhecimento de matérias específicas.	Incrementar as formas de investigação de maneira a determinar autoria e materialidade delitiva com êxito e no menor prazo possível - incentivar a participação em cursos e seminários, especialmente aqueles relacionados a temas comumente tratados nas investigações desta unidade, quais sejam, crimes contra o meio-ambiente, crimes contra a administração pública, tráfico de drogas, dentre outros, além de treinamento na área de segurança privada. (<i>ofertas internas – ANP – são raras</i>)	DREX DRCOR COR DELEGACIAS NT & D		x		Foram atendidos dentro do possível, sendo que a maior dificuldade é na aprovação dos cursos que são feita pelo Órgão Central

16	Intensificar em 50 % as ações em relação aos delitos praticados contra o meio-ambiente nas áreas de preservação no estado do rio de janeiro	<p>As características geográficas da baía, inserida na área sob responsabilidade desta delegacia, demandam atuação constante, rotineira, efetiva, dada a velocidade com que surgem delitos de toda sorte, em maior número os ambientais.</p> <p>- prosseguir em atuações conjuntas com órgãos ambientais, até que seja possível a ação independente com embarcação própria.</p>	<p>DREX</p> <p>DRCOR</p> <p>COR</p> <p>DELEGACIAS</p> <p>DELEMAPH</p>			x	
----	---	---	---	--	--	---	--

17	Estabelecer base avançada na ilha grande	<p>Grande fluxo de turistas, nacionais e estrangeiros (vindos do continente e aportando diretamente de cruzeiros marítimos), além de população fixa; extensa área costeira (praias e costas de propriedade da união); quase a totalidade da ilha inserida em unidades de conservação; avanço da ocupação irregular em áreas de preservação permanente e da união; aumento de crimes de tráfico de drogas, crimes contra a fauna, a flora e o meio-ambiente de maneira geral.</p> <p>- lotação de novos policiais, obtenção de veículos de uso marítimo, busca de parcerias para construção do posto.</p>	<p>DREX DRCOR DEPOM DELEGACIA ANGRA/RJ</p>	x			Meta em fase de planejamento
18	Aumentar em 50% a frequência de	o grande número de locais propícios a embarque e desembarque marítimo em toda			x		Os serviços de barreiras não foram implementados em razão da falta de recursos humanos e financeiros, no entanto o DEPOM

	operações de barreira em locais de atracação de embarcações na baía da Guanabara, angra dos reis, Mangaratiba, Paraty, Niterói e norte fluminense	a costa verde facilita o trânsito de pessoas e coisas sem qualquer fiscalização do poder público. - lotação de novos policiais; solicitação de apoio de policiais da Sr que possam conduzir cães farejadores; compra de viaturas de uso marítimo de médio e pequeno porte.	DREX DRCOR DEPOM DELEGACIAS ANGRA/RJ NITEROI MACAE				intensificou as fiscalizações dos principais portos do Estado do Rio de Janeiro.
19	Implantar e ampliar em 50% os setores de inteligência policial em todas as unidades do DPF no estado	Melhorar o desempenho policial e a qualidade do trabalho desenvolvido, assim como seu nível de aprofundamento; otimizar o serviço, evitando o deslocamento de servidor policial por longos períodos, para acompanhamento de monitoramentos telefônicos na CRIS/SR/DPF/RJ. - solicitação da implantação à direção regional, com a capacitação de servidores para atuar na área.	DREX DRCOR DELEGACIAS			x	Ainda não foi possível em razão da falta de recursos para contratação da extensão do Sistema Guardião, que integrará todas as unidades de inteligências do DPF NO Estado do Rio de Janeiro

20	Aumentar em 50% a produção na emissão de laudos periciais, diminuindo as pendências, Implantando Sistema de Gestão de Qualidade (S.G.Q.)	Melhorar o desempenho no Setor de Perícias com a entrada em operação das novas instalações e laboratórios e equipamentos.	DREX DRCOR SETEC		x		A meta de 50% não foi atingida em razão das obras de reforma do Setor, porem, com todas as dificuldades apresentadas, houve um aumento de 15% da meta proposta.
21	Superar o número de prisões de procurados internacionais ocorridas no ano de 2008, ou seja, 9 prisões, em Gestões de investigações conjuntas com nossas congêneres estrangeiras	Dar cumprimento às ordens judiciais de prisão. - Localizar e prender procurados nacionais e internacionais - Localização de criminosos foragidos da justiça brasileira que se encontram no exterior -Trocar informações com nossas congêneres estrangeiras	DREX DRCOR DELEGACIAS INTERPOL			x	
22	Cadastrar e atualizar todas pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades com utilização de Produtos Químicos	Intensificar a fiscalização com relação a instalações físicas, fabricação, produção transformação, embalagem, compra, venda, aquisição, posse, doação, permuta, ECT, inclusive com apoio do NO, nas hipóteses em que o PROQUIM não consiga resolver	DREX DRCOR			x	

	Controlados.	com suas próprias forças. - Elaboração de planilha com os dados citados na META e posterior execução da fiscalização..	DELEGACIAS PROQUIM				
23	Intensificar a fiscalização de empresas de formação e prestação de serviço segurança privada nos diversos segmentos.	Aplicação com rigor da legislação vigente no que se refere as empresas de segurança privada. Já foi constatado pela DELESP que as escolas de formação ministram cursos com carga horária bem inferior à definida na portaria 387/2006, colocando nas ruas vigilantes mal formados.	DREX DRCOR DELEGACIAS DELESP			x	
	Dotar a Superintendência	O SISCART é o sistema escolhido pela Direção-Geral para ser o sistema cartorário oficial do DPF, devendo estar presente em	DREX DRCOR		x		O sistema foi implantado na Superintendência Regional , porem por falta de equipamento adequado as Delegacias do interior ficaram para uma segunda

24	Regional e suas descentralizadas do sistema SISCART.	todas as delegacias.	COR DELEGACIAS STI/SR/DPF/RJ NUCART				etapa de implantação, devendo ocorrer no exercício de 2010.
25	Aparelhar toda a Superintendência Regional e suas descentralizadas, com o sistema TETRAPOL de comunicação digital..	A comunicação é fundamental no trabalho policial	DREX DRCOR DELEGACIAS STI/SR/DPF/RJ			x	
26	Complementar a correição ordinária de 2008 e implementar a correição parcial.	Em razão das várias atividades concomitantes, não foi possível terminá-la em 2008. - Continuar com a ajuda de DPF's e EPF de outras SR's. - Por falta de DPF's e EPF's em número suficiente não está sendo possível fazer a	COR		x		Não cumprida em sua plenitude por falta de recurso humanos

		<p>correição parcial nos mais de 16.000 IPL's em andamento</p> <p>- Lotar mais dois DPF's e dois EPF's no NUCOR.</p>					
27	Manter o SINPRO atualizado	<p>Com o esforço empreendido em 2008, a maior parte dos módulos do SINPRO foi atualizada. Atualizar o que faltou e manter assim.</p> <p>- Fiscalizar a inclusão dos dados pelos EPF's.</p> <p>Tomar para a COR a responsabilidade de atualizar os dados mais antigos.</p>	<p>COR</p> <p>NUCART</p> <p>DELEGACIAS</p>			x	
28	Instaurar instruir e relatar os PAD's referentes aos expedientes pendentes.	Há aproximadamente 60 expedientes para instauração de PAD, e 20 em andamento.	COR		X		Não cumprida em sua plenitude por falta de recurso humanos
29	Diminuir as Cartas Precatórias em andamento, mantendo somente as do mês anterior.	<p>Há aproximadamente 500 CP's em andamento.</p> <p>Chegam mais ou menos 70 expedientes por mês.</p> <p>- Continuar fazendo <i>overbooking</i> (chamar mais pessoas do que a capacidade de oitiva, pois 40% não comparecem).</p>	COR		X		Não cumprida em sua plenitude por falta de recurso humanos

		Intensificar as intimações pelos APF'. Efetuar mais mutirões.					
30	Implantar em todas as Unidades do DPF no Estado do Rio de Janeiro o Novo Passaporte Brasileiro.	Necessidade de emissão do Novo Passaporte por todas as unidades descentralizadas da SR/DPF/RJ	DREX DELEMIG DELEGACIAS		X		Faltando apenas a Delegacia de Angra dos Reis
31	Dar celeridade a entrega de certidões de antecedentes criminais	Pronto atendimento melhor atendimento ao publico	DREX DELINST/RJ			x	

PLANO DE METAS ANUAIS – 2009

II - METAS ADMINISTRATIVAS

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO			JUSTIFICATIVA EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO INTEGRAL
				NÃO ATINGIU	PARCIAL	INTEGRAL	
1	Concluir as obras de reforma geral do prédio da sede da SR/DPF/RJ.	Serviços Contratados: -Reforma da Fachada; -Reforma do 2º e 3º andar, -Reformado SETEC; -Reforma do SECRIM E NID; -Demolição dos Blocos G E F; -Instalação de 07 elevadores novos; -Recebimento do Projeto Executivo do	SR/DPF/RJ SELOG		x		No exercício de 2009 foram concluída a demolição dos blocos E e F e a reforma do SETEC/SR/DPF/RJ as demais continuam dentro do estabelecido nos cronogramas, com previsão para encerramento no exercício de 2010.

		Novo Prédio.					
2	Contratação de 170 recepcionista para atender o Serviço de Imigração no Aeroporto Internacional Tom Jobim (GALEÃO) e no Porto do Rio de Janeiro;	Atender a demanda do fluxo de passageiros, nacionais e estrangeiros, que transitam pelo Galeão e Porto do Rio de Janeiro.	SR/DPF/RJ SELOG			X	
3	Aumentar o efetivo de policiais em 50%, agentes administrativos em 300% e contratados em 50%.	Gestão junto a Direção-Geral, DGP/DPF e DLOG/DPF para o aumento do efetivo, com a criação de vaga em concursos públicos, e liberação de recursos para contratação de terceirizados.	SR/DPF/RJ SELOG		X		Com ativação dos contratos dos Agentes Aeroportuários e dos recepcionistas para as delegacias do interior foi cumprida a meta de contratação de terceirizados, porem nas áreas fins e meio, houve so reposição dos funcionários aposentados e removidos, mantendo-se os números praticamente inalterados.
4	Renovar a frota de viaturas em 80%.	As viaturas estão em uso há muito tempo. causando elevado custo de manutenção e risco para os servidores que usam as viaturas em operações ou missões. - Solicitar a DLOG/DPF novas viaturas policiais para renovação da frota	SR/DPF/RJ SELOG			X	
5	Renovar o Parque de Informática da SR/DPF/RJ e suas descentralizadas em	Aquisição de novos equipamentos de informática.	SR/DPF/RJ		X		Em razão do contingenciamento de recursos para aquisição de

	80%	- 06 servidores de rede; - 500 computadores; - 100 impressoras; - 100 notebook	SELOG STI				materiais de informáticas, foram adquiridos 10 servidores, 100 computadores, 25 notebooks, 78 impressoras e 51 switches.
6	Instalar sistema de vigilância e monitoramento por câmeras para a segurança internas e externas das instalações da Superintendência e Descentralizadas	Aumento da segurança das unidades do DPF no Estado do Rio de Janeiro	SR/DPF/RJ SELOG	x			Recursos não liberados, porém já estão no cronograma das reformas gerais.
7	Munir todas as Unidades do DPF no Estado do Rio de Janeiro de infra-instrutora necessária para implantação do novo Passaporte Brasileiro.	Sem instalações adequadas não há condições de emissão do Novo Passaporte Brasileiro.	SR/DPF/RJ SELOG		x		Com exceção da DELEGACIA DE Angra dos Reis , todas as demais já estão operando com o novo sistema.
8	Estruturar o depósito de carros apreendidos pela	Necessidade de desocupar o depósito de carros apreendidos do Armazém 17 nas	DREX			x	

	Polícia Federal no terreno cedido pela Infraero na Ilha do Governador.	Docas do Porto do Rio de Janeiro.	DRCOR COR SELOG				
9	Contratar servidores terceirizados para as unidades do DPF do interior do Estado.	Necessidade de contratação: -Serviço de Vigilância; -Digitadores; -Recepcionistas.	SR/DPF/RJ SELOG			x	
10	Dotar a delegacia de instalações adequadas e mobiliários novos	Atender ao crescimento da quantidade de policiais necessários para efetuar um trabalho correto atender ao aumento de trabalho	SR/DPF/RJ SELOG		x		As Delegacias que sofreram reformas, foram contempladas com mobiliários novos. Não houve liberação de recursos para equipar todas as unidades.
11	Contratação de Oficina mecânica para a sede e delegacias do interior.	Suspensão do contrato de gerenciamento de frota pelo TCU.	SR/DPF/RJ SELOG		x		Foram firmados contratos temporários e emergenciais para manutenção das viaturas oficiais, com a liberação do contrato de gerenciamento de frota pelo TCU, foram suspenso os contratos de manutenção.

12	Aquisição de Mobiliários novos para equipar as novas instalações da sede da SR/DPF/RJ;	<p>Necessidade de mobiliar as novas instalações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -SETEC -SECRIM -NID -DELEPEV -CORREGEDORIA -FAZENDARIA 	SR/DPF/RJ SELOG		x		Foram adquiridos mobiliários para equipar o SETEC, DELEPREV
13	Compra do Prédio da Sede da Delegacia de Policia federal de Nova Iguaçu/RJ.	Prédio novo, excelentes instalações, perfeitamente adequado as necessidade da Delegacia de Nova Iguaçu/RJ.	SR/DPF/RJ SELOG	X			Processo de aquisição em fase de avaliação do imóvel pelo DPU

PLANO DE METAS ANUAIS – 2009

III - METAS INTITUCIONAIS

1	Instalar a Delegacia de Policia Federal de Petrópolis.	Atualmente funciona um posto avançado, o qual será elevado a categoria de Delegacia de Policia Federal, visando atender as demandas institucional da região.	SR/DPF/RJ SELOG	x			Processo em andamento
2	Instalar a Delegacia de Policia Federal de Cabo Frio.	Atualmente funciona um posto avançado, o qual será elevado a categoria de Delegacia de Policia Federal, visando atender as demandas institucional da região.	SR/DPF/RJ	x			Processo em andamento

Anexo II

Quadro 21- Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

ITEM	PROJETO/OBRA	EMPRESA	VALOR CONTRATADO	2009 (REALIZADO)	2010 (PREVISTO)	2011	2012	2013		
META FINANCEIRA						META FÍSICA				
1	MODERNIZAÇÃO ELEVADORES	CMA	933.333,00	729.854,67	203.478,33				78,2% realizado	22,2% a realizar em 2010
2	REFORMA DA FACHADA	Porto Belo	6.448.451,27	3.606.922,99	2.841.528,28				55,9% realizado	44,1% a realizar em 2010
3	REFORMA 2º E 3º ANDAR	RAC	8.272.413,41	4.016.866,27	4.895.107,24	2.500.000,00			48,5% realizado	51,5% a realizar em 2010
4	REFORMA SETEC 2ª ETAPA	Exata	1.786.308,62	1.286.308,62	500.000,00				72% realizado	28% a realizar em 2010
5	PROJETO PRÉDIO NOVO	Globo	767.427,99	426.922,62	340.505,37				55,6% realizado	44,4% a realizar em 2010
6	OBRA PRÉDIO NOVO	(*)	50.000.000,00		10.000.000,00	25.000.000,00	15.000.000,00			20% a realizar em 2010
7	REFORMA DRE /JMP/DELDIA/ PROTOCOLO/MEZANINO/4º ANDAR BL C	(*)	16.500.000,00			5.000.000,00	6.500.000,00	5.000.000,00		
8	REFORMA TELHADO	(*)	3.000.000,00		1.500.000,00	1.500.000,00				50% a realizar em 2010
9	REFORMA PRÉDIO ANEXO NITERÓI	(*)	200.000,00		200.000,00					100% a realizar em 2010
10	PROJETO - DELEGACIA NOVA DE MACAÉ - TERRENO EM NOME DO DPF	(*)	225.000,00			225.000,00				
11	OBRA - DELEGACIA NOVA DE MACAÉ - TERRENO CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO PELO DPF	(*)	7.500.000,00			5.000.000,00	2.500.000,00			

12	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PETRÓPOLIS (ÁREA 10.000m²)	(*)	800.000,00		800.000,00					100% a realizar em 2010
13	PROJETO - REFORMA IMÓVEL DE PETRÓPOLIS	(*)	60.000,00		60.000,00					100% a realizar em 2010
14	OBRA - REFORMA IMÓVEL DE PETRÓPOLIS	(*)	2.000.000,00			2.000.000,00				
15	PROJETO - DELEGACIA EM ANGRA	(*)	135.000,00		135.000,00					100% a realizar em 2010
16	OBRA - DELEGACIA EM ANGRA	(*)	4.500.000,00			3.000.000,00	1.500.000,00			
17	OBRA - REFORMA BL A 3º ANDAR	(*)	4.000.000,00					4.000.000,00		
18	OBRA CANIL - AEROPORTO GALEÃO	(*)	1.000.000,00		1.000.000,00					100% a realizar em 2010
19	OBRA DEPOM - MARINA DA GLÓRIA	(*)	3.574.485,00		3.574.485,00					100% a realizar em 2010
20	REFORMA DA GARAGEM	(*)	7.000.000,00					7.000.000,00		
	TOTAL		118.702.419,29	10.066.875,17	26.050.104,22	44.225.000,00	25.500.000,00	16.000.000,00		

obs: (*) Itens com valores estimados (não contratados)

Anexo III

Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos

SUPRIMENTO DE FUNDOS CONCEDIDO NO EXERCÍCIO DE 2009

NOME DO SUPRIDO	CONCESSÃO			COMPROVAÇÃO				
	NÚMERO PROCESSO	NE	VALOR (R\$)	PRAZOS APLICAÇÃO	DATA APRESENTAÇÃO	NÚMERO PROCESSO	VALOR DESPESA	SALDO BAIXADO
ANDRÉ DE LUNA CASTILHO	06A	900020	R\$ 3.000,00	90 DIAS	10/5/2009	SF - 14	R\$ 2.464,00	R\$ 536,00
	06B	900021	R\$ 6.000,00				R\$ 4.950,00	R\$ 1.050,00
	06C	900022	R\$ 3.000,00				R\$ 990,00	R\$ 2.010,00
PAULO RENATO PEREIRA DIE CARVALHO	023A	900052	R\$ 5.000,00	90 DIAS	13/6/2009	SF - 27	R\$ 722,00	R\$ 4.278,00
	023B	900053	R\$ 6.000,00				R\$ 2.850,00	R\$ 3.150,00
	023C	900054	R\$ 5.000,00				R\$ 236,00	R\$ 4.764,00
CLAUDIO MARQUES CÂMARA	024A	900055	R\$ 2.000,00	90 DIAS	13/6/2009	SF - 24	R\$ 925,00	R\$ 1.075,00
	024B	900056	R\$ 6.000,00				R\$ 3.300,00	R\$ 2.700,00
	024C	900057	R\$ 4.000,00				R\$ 2.370,80	R\$ 1.629,20
DIRGO MENDES BRAGA	026A	900062	R\$ 1.000,00	90 DIAS	4/7/2009	SF - 35 E 36	R\$ 959,00	R\$ 41,00
	026B	900063	R\$ 4.000,00				R\$ 4.000,00	R\$ -
	026C	900064	R\$ 3.000,00				R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
	026D	900067	R\$ 3.000,00				R\$ 1.599,99	R\$ 1.400,01
LUIS CLAUDIO RODRIGUES	031A	900079	R\$ 1.500,00	90 DIAS	27/7/2009	SF - 144 E 45	R\$ 1.472,38	R\$ 27,62
	031B	900080	R\$ 5.000,00				R\$ 5.000,00	R\$ -
	031C	900081	R\$ 2.000,00				R\$ 2.000,00	R\$ -
	031D	900082	R\$ 4.000,00				R\$ 3.879,92	R\$ 120,08

DIMITRI SANTOS CURY	38	900096	R\$ 8.000,00	90 DIAS	30/8/2009	SF - 53	R\$ 8.000,00	R\$ -
			R\$ -				R\$ -	
			R\$ -				R\$ -	
LEONARDO MOTA DA COSTA	039A	900098	R\$ 3.000,00	90 DIAS	6/9/2009	SF - 54	R\$ -	R\$ 3.000,00
	039B	900099	R\$ 4.000,00				R\$ 500,00	R\$ 3.500,00
	039C	900100	R\$ 3.000,00				R\$ -	R\$ 3.000,00
VINÍUS GALHARDO DE SOUZA	200A	900136	R\$ 2.000,00	90 DIAS	14/10/2009	SF - 66	R\$ -	R\$ 2.000,00
	200B	900137	R\$ 4.000,00				R\$ -	R\$ 4.000,00
	200C	900138	R\$ 1.000,00				R\$ -	R\$ 1.000,00
DIEGO MENDES BRAGA	201A	900139	R\$ 500,00	90 DIAS	14/10/2009	SF - 67	R\$ 387,40	R\$ 112,60
	201B	900140	R\$ 3.000,00				R\$ 2.250,00	R\$ 750,00
	201C	900141	R\$ 1.000,00				R\$ -	R\$ 1.000,00
CARLOS EDURADO PIRES DE ALBUQUERQUE	044	900180	R\$ 2.000,00	90 DIAS	28/10/2009	SF - 71	R\$ 2.000,00	R\$ -
			R\$ -				R\$ -	
			R\$ -				R\$ -	
CARLOS EDURADO PIRES DE ALBUQUERQUE	ACERTO CONTABIL E BAIXA	900189	R\$ 4.000,00			SF - 74	R\$ -	R\$ 4.000,00
			R\$ -				R\$ -	
			R\$ -				R\$ -	
MARCIO MANOEL DA CUNHA	047A	900186	R\$ 1.000,00	90 DIAS	8/11/2009	SF - 750 E 76	R\$ -	R\$ 1.000,00
	047B	900187	R\$ 1.000,00				R\$ -	R\$ 1.000,00
	047C	900188	R\$ 3.000,00				R\$ -	R\$ 3.000,00
	047D	900190	R\$ 3.000,00				R\$ -	R\$ 3.000,00
ALEXANDRE ALVES FERREIRA	050A	900195	R\$ 2.000,00	90 DIAS	9/11/2009	SF - 79	R\$ 1.542,80	R\$ 457,20
	050B	900196	R\$ 1.500,00				R\$ 650,00	R\$ 850,00
	050C	900197	R\$ 1.500,00				R\$ -	R\$ 1.500,00
JORGE LUIZ	056A	900217	R\$ 4.000,00	90 DIAS	30/11/2009	SF - 88	R\$ 3.010,10	R\$ 989,90

SANTIAGO DE CARVALHO	056B	900218	R\$ 8.000,00				R\$ 3.610,00	R\$ 4.390,00
	056C	900219	R\$ 4.000,00				R\$ 394,00	R\$ 3.606,00
BRUNO ANDRADE MARCONI	057A,	900221	R\$ 1.100,00	90 DIAS	30/11/2009	SF - 89	R\$ -	R\$ 1.100,00
	057B	900222	R\$ 4.000,00				R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
	057C	900223	R\$ 500,00				R\$ -	R\$ 500,00
DENILSON CARVALHO BRAGA	066A	900260	R\$ 4.000,00	45 DIAS	30/11/2009	SF - 98	R\$ -	R\$ 4.000,00
	066B	900261	R\$ 6.000,00				R\$ 2.500,00	R\$ 3.500,00
	066C	900262	R\$ 4.500,00				R\$ -	R\$ 4.500,00
VALDO BERGELT RANGEL	067A	900285	R\$ 2.500,00	35 DIAS	4/12/2009	SF - 99	R\$ 1.519,99	R\$ 980,01
	067B	900286	R\$ 300,00				R\$ -	R\$ 300,00
	067C	900287	R\$ 2.500,00				R\$ 260,00	R\$ 2.240,00
PEDRO BLOOMFIELD GAMA SILVA	069A	900295	R\$ 3.000,00	23 DIAS	10/12/2009	SF - 106	R\$ 776,00	R\$ 2.224,00
	069B	900296	R\$ 2.000,00				R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
	069C	900297	R\$ 2.000,00				R\$ -	R\$ 2.000,00
DIEGO MENDES BRAGA	076A	900332	R\$ 1.000,00	10 DIAS	24/12/2009	SF - 117	R\$ 521,00	R\$ 479,00
	076B	900333	R\$ 4.000,00				R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
	076C	900334	R\$ 3.000,00				R\$ 3.000,00	R\$ -
ALEXANDRE DE ALMEIDA	072A	339030	R\$ 1.000,00	15 DIAS	15/12/2009	SF - 109	R\$ -	R\$ 1.000,00
	072B	339036	R\$ 500,00				R\$ -	R\$ 500,00
			R\$ -				R\$ -	R\$ -
TOTAL			R\$ 169.900,00				R\$ 73.140,38	R\$ 96.759,62

BALANCETE CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2009

UNIDADE
GESTORA
200357

EMPENHO	ED	Valor Recebido	LETRA "A"	LETRA "B"	LETRA "C"	LETRA "D"	LETRA "E"	LETRA "F"	LETRA "G"	Valor Aplicado	Valor Baixado
900020	339030	R\$ 3.000,00				R\$ 2.464,00				R\$ 2.464,00	R\$ 536,00
900021	339036	R\$ 6.000,00	R\$ 4.950,00							R\$ 4.950,00	R\$ 1.050,00
900022	339039	R\$ 3.000,00		R\$ 990,00						R\$ 990,00	R\$ 2.010,00
900052	339030	R\$ 5.000,00				R\$ 722,00				R\$ 722,00	R\$ 4.278,00
900053	339036	R\$ 6.000,00	R\$ 2.850,00							R\$ 2.850,00	R\$ 3.150,00
900054	339039	R\$ 5.000,00		R\$ 236,00						R\$ 236,00	R\$ 4.764,00
900055	339030	R\$ 2.000,00				R\$ 925,00				R\$ 925,00	R\$ 1.075,00
900056	339036	R\$ 6.000,00	R\$ 3.300,00							R\$ 3.300,00	R\$ 2.700,00
900057	339039	R\$ 4.000,00		R\$ 2.341,80			R\$ 29,00			R\$ 2.370,80	R\$ 1.629,20
900062	339030	R\$ 1.000,00				R\$ 959,00				R\$ 959,00	R\$ 41,00
900063	339036	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00							R\$ 4.000,00	R\$ -
900064	339039	R\$ 3.000,00		R\$ 1.500,00						R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
900067	449052	R\$ 3.000,00							R\$ 1.599,99	R\$ 1.599,99	R\$ 1.400,01
900079	339030	R\$ 1.500,00				R\$ 1.472,38				R\$ 1.472,38	R\$ 27,62
900080	339036	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00							R\$ 5.000,00	R\$ -
900081	339039	R\$ 2.000,00		R\$ 2.000,00						R\$ 2.000,00	R\$ -
900082	449052	R\$ 4.000,00							R\$ 3.879,92	R\$ 3.879,92	R\$ 120,08
900096	339036	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00							R\$ 8.000,00	R\$ -
900098	339030	R\$ 3.000,00								R\$ -	R\$ 3.000,00
900099	339036	R\$ 4.000,00	R\$ 500,00							R\$ 500,00	R\$ 3.500,00
900100	339039	R\$ 3.000,00								R\$ -	R\$ 3.000,00
900136	339030	R\$ 2.000,00								R\$ -	R\$ 2.000,00
900137	339036	R\$ 4.000,00								R\$ -	R\$ 4.000,00
900138	339039	R\$ 1.000,00								R\$ -	R\$ 1.000,00
900139	339030	R\$ 500,00				R\$ 387,40				R\$ 387,40	R\$ 112,60

										R\$ -	R\$ -
										R\$ -	R\$ -
										R\$ -	R\$ -
TOTAL		R\$ 172.600,00	R\$ 42.550,00	R\$ 10.721,80	R\$ 60,00	R\$ 14.299,67	R\$ 29,00	R\$ -	R\$ 5.479,91	R\$ 73.140,38	R\$ 99.459,62

Letra "A" - Gratificação de Informações e suas Despesas

Letra "B" - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Letra "C" - Serviço de Terceiros Pessoa Física

Letra "D" - Material de Consumo

Letra "E" - Passagens e Despesas com Locomoção

Letra "F" - Diárias

Letra "G" - Material Permanente

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 009/98 - DG/DPF, 30 de setembro de 1998.

SUPRIMENTO DE FUNDOS CONCEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 2009

AGENTE RESPONSÁVEL	DÉBITO	CRÉDITO			SALDO PENDENTE
		VALOR APLICADO	SALDO BAIXADO	TOTAL	
ANDRE DE LUNA CASTILHO	R\$ 12.000,00	R\$ 8.404,00	R\$ 3.596,00	R\$ -	
PAULO RENATO PEREIRA DE CARVALHO	R\$ 16.000,00	R\$ 3.808,00	R\$ 12.192,00	R\$ -	
CLAUDIO MARQUE CÂMARA	R\$ 12.000,00	R\$ 6.595,80	R\$ 5.404,20	R\$ -	
DIEGO MENDES BRAGA	R\$ 11.000,00	R\$ 8.058,99	R\$ 2.941,01	R\$ -	
LUIZ CLAUDIO RODRIGUES	R\$ 12.500,00	R\$ 12.352,30	R\$ 147,70	R\$ -	
DIMITRI SANTOS CURY	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ -	R\$ -	
LEONARDO MOTA DA COSTA	R\$ 10.000,00	R\$ 500,00	R\$ 9.500,00	R\$ -	
VINICIUS GALHARDO DE SOUZA	R\$ 7.000,00	R\$ -	R\$ 7.000,00	R\$ -	
DIEGO MENDES BRAGA	R\$ 4.500,00	R\$ 2.637,40	R\$ 1.862,60	R\$ -	
CARLOS EDUARDO PERES DE ALBUQUERQUE	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ -	R\$ -	
CARLOS EDUARDO PERES DE ALBUQUERQUE	R\$ 4.000,00	R\$ -	R\$ 4.000,00	R\$ -	
MARCIO MANOEL DA CUNHA	R\$ 8.000,00	R\$ -	R\$ 8.000,00	R\$ -	
ALEXANDRE ALVES FERREIRA	R\$ 5.000,00	R\$ 2.192,80	R\$ 2.807,20	R\$ -	
JORGE LUIS SANTIAGO DE CARVALHO	R\$ 16.000,00	R\$ 7.014,10	R\$ 8.985,90	R\$ -	
BRUNO ANDRADE MARCONE	R\$ 5.600,00	R\$ 1.000,00	R\$ 4.600,00	R\$ -	
DENELSON CARVALHO BRAGA	R\$ 14.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ -	

VANDO BERGELT RANGEL	R\$ 8.000,00	R\$ 1.779,99	R\$ 6.220,01	R\$ -	
PEDRO BLOOMFIELD GAMA SILVA	R\$ 7.000,00	R\$ 1.776,00	R\$ 5.224,00	R\$ -	
DIEGO MENDES BRAGA	R\$ 8.000,00	R\$ 4.521,00	R\$ 3.479,00	R\$ -	
ALEXANDRE DE ALMEIDA	R\$ 1.500,00	R\$ -	R\$ 1.500,00	R\$ -	
TOTAL	R\$ 172.600,00	R\$ 73.140,38	R\$ 99.459,62	R\$ -	R\$ -

DESPESA POR CATEGORIA EXERCÍCIO DE 2009		
DESCRIÇÃO DA DESPESA		VALOR
3.0.0.0.0.0.0.0.0	DESPESA	R\$ -
3.3.0.0.0.0.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	R\$ -
3.3.3.0.0.0.0.0.0	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ -
3.3.3.9.0.0.0.0.0	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ -
3.3.3.9.0.3.0.0.0.	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ -
3.3.3.9.0.3.0.5.2	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	R\$ 37.600,00
3.3.3.9.0.3.6.0.0	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ -
3.3.3.9.0.3.6.2.4	SERVIÇOS DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO	R\$ 82.000,00
3.3.3.9.0.3.9.0.0	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ -
3.3.3.9.0.3.9.4.2	SERVIÇOS DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO	R\$ 43.000,00
3.4.4.9.0.5.2.4.9	EQUIPAMENTO E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 172.600,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA E REALIZADA EXERCÍCIO DE 2009

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA		
			EMPENHADA	REALIZADA	BAIXADA
200357	VERBA SIGILOSA	339030	R\$ 37.600,00	R\$ 14.299,67	R\$ 23.300,33
200357	VERBA SIGILOSA	339036	R\$ 82.000,00	R\$ 42.610,00	R\$ 39.390,00
200357	VERBA SIGILOSA	339039	R\$ 43.000,00	R\$ 10.750,80	R\$ 32.249,20
200357	VERBA SIGILOSA	449052	R\$ 10.000,00	R\$ 5.479,91	R\$ 4.520,09
SOMA			R\$ 172.600,00	R\$ 73.140,38	R\$ 99.459,62

SUPRIMENTOS DE FUNDOS - 2009
DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS EFETUADOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESAS IN 009/98	VALOR
01	Gratificação de informantes e suas despesas	Letra "A"	R\$ 42.550,00
02	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Letra "B"	R\$ 10.721,80
03	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Letra "C"	R\$ 60,00
04	Material de consumo	Letra "D"	R\$ 14.299,67
05	Passagens e despesas com locomoção	Letra "E"	R\$ 29,00
06	Diária	Letra "F"	R\$ -
07	Material permanente	Letra "G"	R\$ 5.479,91
		TOTAL	R\$ 73.140,38

Ordenador de Despesa

Setor Financeiro